

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA  
VETERINÁRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**ARIEL LUIZ DE SALES GOMES**

**ANÁLISE DA CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL  
PARA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA**

**PUBLICAÇÃO: 200/2022**

**Brasília/DF  
Junho/2022**

**2022**

**GOMES, A.L.S. ANÁLISE DA CONCESSÃO DE CRÉDITO  
PARA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA**

**ARIEL LUIZ DE SALES GOMES**

**ANÁLISE DA CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL  
PARA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

**Orientador: Prof. Dr. João Paulo Guimarães Soares**

**Brasília/DF**

**Junho/2022**

GOMES, A. L. S. **Análise da concessão de crédito para a produção familiar orgânica.** 2022, 113 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de Mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GG633a Gomes, Ariel Luiz de Sales  
Análise da concessão de crédito para a produção familiar orgânica / Ariel Luiz de Sales Gomes; orientador João Paulo Guimarães Soares. -- Brasília, 2022.  
113 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Agronegócios) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Crédito Rural. 2. Produção Orgânica. 3. Agricultura Familiar. 4. PRONAF . I. Soares, João Paulo Guimarães, orient. II. Título.

**ARIEL LUIZ DE SALES GOMES**

**ANÁLISE DA CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL  
PARA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

**Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:**

---

**Prof. Dr. João Paulo Guimarães Soares – UnB  
(ORIENTADOR)**

---

**Prof. Dr. Ana Maria Resende Junqueira – UnB  
(EXAMINADORA INTERNA)**

---

**Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza – UENF  
(EXAMINADOR EXTERNO)**

**Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.**

A Deus e à minha família, pelo apoio e incentivo em mais uma etapa de minha carreira.

A Deus, que me guiou e proporcionou a oportunidade de realizar um sonho, bem como pela oferta da resiliência necessária para seguir em frente diante de tantas adversidades.

Aos meus pais, José Luiz Gomes Filho e Nancy Alves de Sales Gomes. Ao meu pai, pela orientação de que a educação é sempre o melhor caminho – o que me despertou a sede de conhecer e compreender o mundo que me cerca. À minha mãe, por todas as palavras de carinho e pelo apoio nos momentos em que pensei em desistir, acreditando, comigo, neste e em outros sonhos.

À minha noiva, que me acompanhou em uma parte difícil dessa jornada, sendo minha companheira, disponível a me ouvir e compreender em todos os momentos.

Ao analista da EMBRAPA Cerrados, Juaci Vitória Malaquias, pelo auxílio nos tratamentos estatísticos e nas inúmeras horas de paciência, quando escutava minhas pretensões com esta pesquisa.

Aos produtores participantes da pesquisa, que receberam o questionário e prontamente o responderam, com disposição e interesse.

Ao meu professor orientador, Dr. João Paulo Guimarães Soares, por acreditar na presente pesquisa e em minha pessoa, compartilhando comigo muitas experiências profissionais, acadêmicas e de vida, tornando-se um verdadeiro amigo, para uma vida toda. Sem sua atenção, disponibilidade e cuidado, nada disso seria possível!

Dá instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio; ensina o justo e ele aumentará em entendimento.

Provérbios 9:9

## RESUMO

No Brasil, a agricultura familiar possui extrema relevância, tanto pelo volume, como pela destinação de sua produção. Contribui sobremaneira para a segurança alimentar, tanto por atender parte significativa do mercado interno, quanto para o desenvolvimento social, ao proporcionar que as pessoas se mantenham no campo em na manutenção do emprego. Contudo, tal segmento tem estado às margens do desenvolvimento observado no campo, passando por dificuldades que ameaçam sua existência. Nesse contexto, vale destacar a adoção da produção orgânica como importante alternativa para a agricultura familiar, possibilitando maiores ganhos, devido ao maior valor agregado dos produtos certificados. Por conseguinte, o acesso às políticas de crédito representa condição fundamental para que os agricultores familiares possam converter sua produção para o sistema orgânico e mantê-la competitiva – o que demanda investimento, conhecimento e assistência técnica especializada. Para incentivar a adoção do sistema orgânico de produção e ofertar a devida competitividade aos produtores familiares, em 2003, foram criadas as linhas de crédito do PRONAF Verde. Não obstante à criação destas linhas, aparentemente tão vantajosas aos produtores, o acesso pelos produtores familiares orgânicos ainda é pouco utilizado. Assim, entender o processo de concessão de crédito para os produtores familiares orgânicos e os motivos que os levam a não acessar as referidas linhas de crédito se mostra extremamente importante, podendo subsidiar eventuais revisões de suas normas, formulações de políticas públicas e implementação de ações governamentais. Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo analisar o processo de obtenção de crédito rural sob a ótica dos produtores rurais orgânicos, verificando a adequação das linhas de crédito, o perfil de endividamento, as dificuldades e os facilitadores, buscando identificar os motivos que justificariam a não adesão dos produtores por estas linhas. A metodologia utilizada na construção da pesquisa foi a do modal multipaper, onde cada capítulo tem seu próprio objetivo, revisão de literatura, método de pesquisa, resultados, discussões e conclusões. Percebeu-se que as associações e cooperativas podem desempenhar importante papel como promotoras de segurança para o processo de crédito, influenciando positivamente na análise dos pretendentes interessados, facilitando o acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares e orgânicos e que grande parte dos produtores orgânicos desenvolvem suas atividades de produção com recursos próprios. Os motivos de maior relevância para a não contratação de crédito estão ligados ao processo de concessão do crédito – notadamente, a falta de conhecimento das linhas e de assistência técnica para elaboração dos projetos. Constatou-se ainda a necessidade de maior aproximação dos produtores junto às instituições de apoio à agricultura orgânica com vistas a aprimorar no aprendizado, diversificar e aprimorar a produção, bem como a relevância destas para auxiliar na melhoria do processo de obtenção de crédito por parte dos produtores, em especial, na divulgação das linhas e desenvolvimento de projetos. Concluiu-se pela necessidade de ação eficiente e articulada do Estado e demais entidades participantes no processo de concessão de crédito para a agricultura familiar orgânica, no sentido de divulgar as linhas de crédito disponíveis, seus procedimentos de obtenção e documentação exigida, além da urgência na capacitação e disponibilização de assistência técnica especializada para a confecção dos projetos e acompanhamento; e ainda, percebeu-se a necessidade da revisão das linhas em comento, tornando-as negocialmente mais atrativas para os produtores, além de menos burocráticas, considerando as particularidades dos produtores orgânicos e do sistema de produção orgânica.

**Palavras-chave:** Produção orgânica. Agricultura familiar. PRONAF Verde. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

## ABSTRACT

In Brazil, family farming is extremely important, both in terms of volume and the destination of its production. It greatly contributes to food security, both by serving a significant part of the domestic market, and for social development, by providing people to remain in the countryside and in maintaining employment. However, this segment has been on the margins of the development observed in the field, experiencing difficulties that threaten its existence. In this context, it is worth highlighting the adoption of organic production as an important alternative for family farming, enabling greater gains due to the higher added value of certified products. Therefore, access to credit policies represents a fundamental condition for family farmers to be able to convert their production to the organic system and keep it competitive – which requires investment, knowledge, and specialized technical assistance. To encourage the adoption of the organic production system and offer competitiveness to family producers, in 2003, PRONAF Verde credit lines were created. Despite the creation of these lines, apparently so advantageous to producers, access by organic family producers is still little used. Thus, understanding the process of granting credit to organic family producers and the reasons that lead them not to access these lines of credit is extremely important, being able to subsidize eventual revisions of their rules, formulation of public policies and implementation of government actions. In view of the above, the present study aimed to analyze the process of obtaining rural credit from the perspective of organic rural producers, verifying the adequacy of credit lines, the indebtedness profile, the difficulties, and the facilitators, seeking to identify the reasons that would justify the non-adherence of producers to these lines. The methodology used in the construction of the research was the multipaper modal, where each chapter has its own objective, literature review, research method, results, discussions, and conclusions. It was noticed that associations and cooperatives can play an important role as promoters of security for the credit process, positively influencing the analysis of so-called interested parties, facilitating access to credit by family and organic farmers and that a large part of organic producers develop its production activities with its own resources. The most relevant reasons for not contracting credit are linked to the credit granting process – notably, the lack of knowledge of the lines and technical assistance for project preparation. It was also noted the need for greater approximation of producers with institutions that support organic agriculture to improve learning, diversify and improve production, as well as their relevance to assist in improving the process of obtaining credit on the part of the producers in the dissemination of lines and project development. It was concluded that there is a need for efficient and articulated action by the State and other entities participating in the process of granting credit for organic family farming, in the sense of disclosing the available credit lines, their procedures for obtaining and required documentation, in addition to the urgency in training and availability of specialized technical assistance for the preparation of projects and monitoring; and also, it was noticed the need to review the lines in question, making them more attractive for producers in terms of business, as well as less bureaucratic, considering the particularities of organic producers and the organic production system.

**Keywords:** Organic production. Family farming. PRONAF Verde. National Register of Organic Producers.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### CAPÍTULO 2

Gráfico 1 – Média de publicações por ano..... 23

### CAPÍTULO 3

Gráfico 1 – Grau de esforço realizado para conseguir contratar operação de crédito rural..... 56

Gráfico 2 – Grau de adequação das linhas de crédito específicas para produção orgânica para fomentar a produção..... 58

Figura 3 – Nuvem de palavras sobre os motivos para não acessar o crédito.....62

## LISTA DE QUADROS

### CAPÍTULO INTRODUTÓRIO

Quadro 1 – Roteiro metodológico da pesquisa.....	6
--	---

### CAPÍTULO 2

Quadro 1 – Resumo das linhas de crédito do PRONAF.....	15
Quadro 2 – Estado da arte da pesquisa sobre cooperativismo/associativismo e crédito rural..	21
Quadro 3 – Dimensões de análise.....	24
Quadro 4 – Lacunas de pesquisa.....	28

### CAPÍTULO 3

Quadro 1 – Categorização temática e definições operacionais.....	60
--	----

## LISTA DE TABELAS

### CAPÍTULO 2

Tabela 1 – Quantidade de publicações por periódico.....	23
---	----

### CAPÍTULO 3

Tabela 1 – Evolução no volume e valor de operações contratadas de PRONAF Linhas “Verde”.....	41
--	----

Tabela 2 – Operações de PRONAF Linhas “Verde” estratificadas por linha.....	42
---	----

Tabela 3 – Caracterização da relação tamanho da área e atividade em orgânicos das unidades produtivas.....	47
--	----

Tabela 4 – Produtos orgânicos produzidos nas unidades produtivas.....	48
---	----

Tabela 5 – Organizações que apoiaram o desenvolvimento de novas técnicas nas unidades produtivas.....	49
---	----

Tabela 6 – Principais dificuldades na adoção do sistema orgânico de produção.....	50
---	----

Tabela 7 – Afirmções acerca das características da produção orgânica.....	51
---	----

Tabela 8 – Percepção do capital social nas propriedades produtivas.....	52
---	----

Tabela 9 – Fontes de informações para melhorar e diversificar a produção.....	53
---	----

Tabela 10 – Fontes de recursos financeiros utilizados na produção.....	54
--	----

Tabela 11 – Informações sobre contratação ou tentativa de contratação de operação de crédito rural.....	55
---	----

Tabela 12 – Motivos que levaram os produtores a optar por demais linhas de crédito rural em detrimento as linhas específicas para financiamento da produção orgânica.....	56
---	----

Tabela 13 – Motivos que impediram ou levaram os produtores a nem tentar conseguir o crédito rural para a produção.....	57
--	----

Tabela 14 – Avaliação da atuação das entidades no apoio na obtenção de crédito oficial .....	59
--	----

Tabela 15 – Quantidade de respondentes conforme categorização referente às Hipóteses.....	60
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
M.O.	<i>Metodi Ordinatio</i>
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação e Conformidade Orgânica
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
SEAGRI	Secretaria de Agricultura
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SFA	Superintendência Federal de agricultura
SPG	Sistemas Participativos de Garantia
UF	Unidade da Federação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA .....</b>	<b>17</b>
<b>1.2 OBJETIVOS.....</b>	<b>17</b>
<i>1.2.1 Objetivo Geral.....</i>	<i>17</i>
<i>1.2.2 Objetivos Específicos.....</i>	<i>18</i>
<b>1.3 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>18</b>
<b>1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA.....</b>	<b>19</b>
<b>1.5 ROTEIRO METODOLÓGICO.....</b>	<b>20</b>
<b>2 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NO ACESSO AO CRÉDITO RURAL PARA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA .....</b>	<b>22</b>
<b>3 CONCESSÃO DE CRÉDITO NA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA .....</b>	<b>49</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>88</b>
<i>Anexo A – Instrumento de Pesquisa - Capítulo 3.....</i>	<i>88</i>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em seu relatório intitulado *Estado da Alimentação e da Agricultura*, a agricultura familiar pode colaborar na erradicação da fome mundial e lograr a segurança alimentar sustentável; e ainda, ali se faz menção ao fato de que a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do planeta (SOUSA; CAJÚ; OLIVEIRA, 2016).

No Brasil, a agricultura familiar representa 84% de todas as propriedades rurais e emprega pelo menos cinco milhões de famílias, respondendo por sete de cada 10 empregos no campo e por 40% da produção agrícola (OLIVEIRA; PINHEIRO; FERRAZ, 2015).

Contudo, não obstante sua importância, a agricultura familiar enfrenta grandes desafios. Fornazier e Vieira Filho (2012) afirmam que a agricultura vai bem, mas vários produtores estão em situação de avançada pobreza, produzindo apenas para a subsistência, tendo rendimentos negativos no estabelecimento.

No contexto em questão, a agricultura orgânica desponta como importante alternativa para a agricultura familiar. Assim, no Brasil, estima-se que 90% da produção orgânica vêm da agricultura familiar, sendo possível afirmar que a agricultura orgânica é à base da produção familiar, devido à exploração de sistemas agrícolas diversificados, à preservação da biodiversidade e à preservação das bases da agricultura familiar (sociais, econômicas, ambientais, culturais), que podem ser desenvolvidas, respeitadas e fortalecidas, contribuindo para manter a qualidade de vida dos produtores, suas famílias e dos consumidores (NOGUEIRA, 2020).

Porém, a conversão do sistema de produção convencional familiar para orgânico apresenta alguns desafios ao produtor familiar, sobretudo, em relação ao custo de adaptação de infraestrutura na conversão, às dificuldades de manutenção durante o período de transição, aos custos de certificação, à ausência de assistência técnica e ao acesso ao crédito – algo de extrema importância neste processo.

Desde sua criação, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) elegeu como foco principal de atuação a concessão de crédito rural a taxas de juros inferiores àquelas praticadas no mercado financeiro. No entanto, o acesso ao crédito não vem sendo conduzido de modo homogêneo, ocorrendo de forma desigual, conforme o nível de capitalização dos agricultores familiares. Por conseguinte, tem-se a concentração de recursos em determinadas Unidades da Federação (UFs), nos extratos de agricultores

familiares com maior grau de vinculação ao mercado e nas agroindústrias, localizados, em grande parte, nos Estados da Região Sul do país (RIBASKI et al., 2005; GUANZIROLI, 2007).

A situação piora quando da análise da adesão às linhas específicas voltadas para a produção orgânica: as linhas “Verdes” (PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido e PRONAF Eco), pois, além da desigualdade no acesso supramencionado, o desembolso financeiro é insignificante em comparação aos indicadores da política de crédito nacional, bem como em relação às demais modalidades de financiamento ali voltadas para a modernização da agricultura familiar (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2020).

## **1.1 Formulação do Problema**

Embora as linhas do PRONAF sejam consideradas vantajosas aos produtores, com menores taxas de juros e maiores prazos e carência, o acesso às mesmas por parte dos produtores familiares representa um grande desafio, sobretudo, em relação às linhas específicas para a produção orgânica (linhas “Verdes”).

Assim, considerando o crédito rural como benéfico, fomentador das atividades agropecuárias e essencial para o desenvolvimento das atividades produtivas, em especial, à produção orgânica, questiona-se: quais ações, políticas públicas e arranjos locais poderiam ser adotados para promover o acesso dos produtores orgânicos às linhas supramencionadas?

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Analisar o processo de obtenção de crédito rural sob a ótica dos produtores rurais familiares e orgânicos, verificando a adequação das linhas de crédito, o perfil de endividamento, as dificuldades e os facilitadores, buscando identificar as ações, as políticas públicas e os arranjos locais no sentido de incentivar, facilitar e promover o acesso à contratação de operações de crédito nas linhas destinadas à produção orgânica por parte destes produtores.

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

No presente estudo, cada objetivo específico constituiu-se em um capítulo quando da opção pelo modal multipaper na elaboração da pesquisa. Assim, têm-se como objetivos específicos:

- 1) Analisar as estratégias do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito rural dos agricultores familiares e orgânicos; e
- 2) Identificar possíveis motivos que levaram os produtores orgânicos a não contratar ou preferirem outras linhas de crédito que não àquelas específicas para fomentar a produção orgânica.

### **1.3 Justificativa**

Não é de hoje que a redução da pobreza no campo é preocupação nacional, pois, um em cada quatro brasileiros que vive no campo está em situação de extrema pobreza (IBGE; 2017) e, embora contem com políticas públicas específicas, tem-se aí um dos principais desafios para a superação da pobreza no campo: o considerável quantitativo de produtores que não são atendidos pelas políticas voltadas para a agricultura familiar.

Segundo Sawaya et al. (2003), a pobreza rural tem características específicas, distintas da urbana, tendo como fatores determinantes: a carência de acesso às estradas para escoamento da produção agrícola; a falta de crédito rural; as secas, que provocam fome sazonal; a falta de acesso à água; a pouca cobertura dos serviços de saúde etc.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa tratou de uma importante temática, uma vez que o sistema de produção orgânico contribui para a redução da pobreza no campo, ao passo que o acesso ao crédito rural é de extrema importância para a conversão do sistema de produção convencional para orgânico, bem como para sua manutenção e produtividade.

Diante do exposto, mostrou-se evidente a relevância do presente estudo na medida em que buscou compreender a dinâmica do processo de obtenção de crédito pelos agricultores familiares orgânicos, sobretudo, em relação aos possíveis arranjos para a obtenção do crédito e os motivos que levaram os produtores a não acessarem as linhas específicas para a produção orgânica do PRONAF. O estudo dos motivos da não adesão ao crédito também agrega valor à produção técnico-científica sobre a temática “crédito na produção orgânica” – temática de escassa produção científica, não obstante sua importância.

Assim, pela indiscutível importância social no fomento as atividades dos agricultores familiares, em especial, quanto à segurança alimentar, em termos de quantidade e disponibilidade, assim como da obtenção de um alimento seguro, em termos de qualidade, além de contribuição no aumento do valor agregado do produto é que a presente pesquisa tratou da temática na sequência apresentada.

#### **1.4 Estrutura da Pesquisa**

Para estruturação do presente estudo, aqui optou-se pelo viés metodológico denominado multipaper, construída via desenvolvimento de artigos científicos (ÁVILA, 2019); ou seja, tem-se a elaboração da dissertação via junção e apresentação de artigos científicos, sendo sua principal característica as nuances próprias existentes em cada artigo científico.

Duke e Beck (1999) discorrem sobre a importância de se trabalhar com o formato multipaper de escrita, argumentando que tal modal auxilia os estudantes de pós-graduação a perceber a pesquisa, bem como o próprio curso de Mestrado como processo, não como produto.

O formato multipaper de dissertação diminui a possibilidade de se encontrar tardiamente alguma falha no encaminhamento da pesquisa, além de incentivar a colaboração. Segundo Frank e Yukihiro (2013, apud COSTA, 2014), talvez o formato de artigos seja mais apropriado no caso onde a dissertação forme parte de um projeto de pesquisa maior ou quando o aluno já explorou parte do tema em etapas anteriores – o que pode evitar erros comuns, como, por exemplo, a falta de foco e o alinhamento dos artigos ou, no pior dos casos, a falta de um norte claro para o projeto da dissertação.

Detalhando pontualmente a estrutura com base no que foi proposto por Frank e Yukihiro (2013, apud COSTA, 2014), o formato das linhas que se seguem apresenta, assim, quatro partes, quais sejam:

- 1) Parte introdutória;
- 2) Artigo 01;
- 3) Artigo 02; e
- 4) Considerações e recomendações.

O capítulo introdutório tratou do problema de pesquisa, seus objetivos, a relevância do estudo, a estrutura da dissertação e, por fim, o caminho metodológico da pesquisa, com a descrição metodológica dos demais capítulos.

O segundo capítulo, que tratou da questão do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito rural para produção familiar orgânica, teve por objetivo analisar o papel do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito bancário por parte dos agricultores familiares orgânicos. Ali buscou-se responder ao seguinte questionamento: como as ações coletivas podem colaborar na análise subjetiva para a concessão de crédito por parte das instituições financeiras?

O terceiro capítulo, que tratou da questão da concessão de crédito na produção familiar orgânica, apresentou como objetivo primordial uma análise do processo de obtenção de crédito rural sob a ótica dos produtores rurais orgânicos, buscando identificar os motivos que justificariam a não adesão dos produtores por linhas aparentemente adequadas e formuladas exclusivamente para estes, verificando a adequação das linhas de crédito, o perfil de endividamento, as dificuldades e os facilitadores.

Por fim, o quarto capítulo empreendeu o alinhamento entre os resultados dos três capítulos anteriores, apontando-se as devidas considerações e recomendações gerais, a partir das constatações apresentadas nos capítulos 2 e 3. Assim, buscou-se trazer à tona as discussões apresentadas na pesquisa, ao responder, de forma geral, o problema exposto via alcance de seus objetivos específicos contemplados nos capítulos anteriores.

## **1.5 Roteiro Metodológico**

No Quadro 1, a seguir, tem-se o resumo do roteiro metodológico da pesquisa, em observância aos objetivos supramencionados e aos métodos e instrumentos para alcançá-los.

Quadro 1 – Roteiro metodológico da pesquisa.

Objetivo Geral			
Analisar o processo de obtenção de crédito rural sob a ótica dos produtores rurais familiares e orgânicos, verificando a adequação das linhas de crédito, o perfil de endividamento, as dificuldades e os facilitadores, buscando identificar as ações, as políticas públicas e os arranjos locais, no sentido de incentivar, facilitar e promover o acesso à contratação de operações de crédito nas linhas destinadas à produção orgânica por parte destes produtores.			
	Objetivo Específico	Capítulo	Método/Instrumento
1	Analisar as estratégias do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito rural dos agricultores familiares e orgânicos.	2	Para construção da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), tomou-se por base o protocolo denominado <i>Methodi Ordinatio</i> (M.O.) – um protocolo multicritério, de tomada de decisão na seleção de artigos científicos, para a composição de um portfólio bibliográfico (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015).
2	Identificar os possíveis motivos que levaram os produtores orgânicos a não contratar ou preferirem outras linhas de crédito que não àquelas específicas para o fomento da produção orgânica.	3	Estruturado em tres partes, a saber: 1) Pesquisa (Survey) relacionada ao processo de obtenção de crédito rural, em especial, quanto à preferência por linhas, adequação, grau de dificuldade, entraves e facilitadores por parte dos produtores familiares orgânicos, 2) Análise descritiva dos resultados; e, 3) Análise qualitativa de conteúdo referente às hipóteses.

Fonte: Elaboração própria.

## **2 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NO ACESSO AO CRÉDITO RURAL PARA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA**

### **ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NO ACESSO AO CRÉDITO RURAL PARA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA**

### **ASSOCIATIVISM AND COOPERATIVISM IN ACCESS TO RURAL CREDIT FOR ORGANIC FAMILY PRODUCTION**

Ariel Luiz de Sales Gomes<sup>1</sup>, João Paulo Guimarães Soares<sup>2</sup>, Ana Maria Resende Junqueira<sup>3</sup>,  
Maria Julia Pantoja<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: arielgomes@bb.com.br. <sup>2</sup>Pesquisador Embrapa Cerrados/PROPAGA-UnB. E-mail: jp.soares@embrapa.br. <sup>3</sup>Professora do PROPAGA-FAV-UnB. E-mail: anamaria@unb.br, <sup>4</sup>Professora da FAV-UnB. E-mail: jpantoja@unb.br.

### **RESUMO**

O presente artigo busca analisar estratégias do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito rural dos agricultores familiares com produção orgânica. A produção orgânica se mostra promissora para os produtores familiares terem acesso ao crédito rural, uma vez que necessita de menores investimentos em insumos e maquinários e tem maior valor agregado dos produtos certificados. Contudo, os custos de conversão e do período de transição representam entraves financeiros a serem superados. Para tanto, foi realizada revisão sistemática junto à base Science Direct e pesquisa documental para identificar os trabalhos relacionados a essa temática. Os resultados apontam que estas ações coletivas podem colaborar sobremaneira na análise subjetiva para concessão de crédito por parte das instituições financeiras, também, possuem papel de destaque nas formulações de políticas públicas para o crédito rural, recursos públicos de fomento, e articulações com governo local, instituições financeiras, assistências técnicas, instituições de ensino e pesquisa.

**Palavras-chave:** Agricultura orgânica. Agricultura familiar. Cooperativismo. Associativismo. Crédito rural.

## ABSTRACT

This article seeks to analyze associativism and cooperativism strategies in the access to rural credit of family farmers with organic production. Organic production is promising for family producers to have access to rural credit, since it requires lower investments in inputs and machinery and has a higher added value of certified products. However, the costs of conversion and the transition period represent financial obstacles to be overcome. To this end, a systematic literature review was carried out using the ScienceDirect database and documentary research was carried out to identify works related to this topic. The results indicate that these collective actions can greatly collaborate in the subjective analysis for credit granting by financial institutions, also, they have a prominent role in the formulation of public policies for rural credit, public development resources, and articulations with local government, financial institutions, technical assistance, teaching and research institutions.

**Keywords:** Organic Agriculture. Family farming. Cooperativism. Associativism. Rural Credit.

## 1 Introdução

O Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, se constituiu a base da política agrícola brasileira, tendo como objetivo principal promover a modernização tecnológica da agropecuária, incentivar a produção, expansão e modernização da agricultura (BRASIL, 1965).

Apenas em 1996 os produtores familiares passaram a contar com linhas de crédito diferenciadas e específicas, após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os agricultores familiares representam cerca de 85% do total dos estabelecimentos rurais do país, envolverem um universo de 13,8 milhões de pessoas (IBGE, 2017a) e são responsáveis por significativa parcela da produção de alimentos consumidos pela população brasileira.

A agricultura orgânica, desde seu surgimento, tem representado importante alternativa de produção para a agricultura familiar, devido aos agricultores familiares já utilizarem de insumos próprios, adotarem a policultura, a possibilidade de produção em pequenas propriedades e o uso intenso de força física na produção, e, especialmente, o maior valor agregado dos produtos certificados.

O mercado de orgânicos está em evidente crescimento no Brasil e no mundo, segundo a IFOAM (2021) no Brasil são 24.780 produtores orgânicos atuando em uma área de 1.283.054 ha, que representa 0,5% da área total da agricultura brasileira, fruto do crescimento de 350.934 ha e 37,6% da área nos últimos 10 anos. Visando incentivar este sistema de

produção, que colabora não só para a saúde dos consumidores, mas também para a saúde dos produtores e trabalhadores rurais e o meio ambiente, foram criadas as linhas de crédito do chamado PRONAF Verde, que começaram a operar em 2003.

Essas modalidades especiais de financiamento (PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido e PRONAF ECO) buscam melhorar o uso dos recursos naturais no meio rural, estimulando a adoção de práticas conservacionistas e alternativas tecnológicas menos agressivas ao meio ambiente, visando acelerar o processo de transição das agriculturas convencional, tradicional e/ou moderna para a sustentável, com assistência técnica vinculada aos empréstimos as iniciativas que vêm sendo realizadas no âmbito das unidades familiares de produção (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010).

Porém, a criação das chamadas linhas Verde não foi suficiente para alavancar a contratação de projetos de crédito do Pronaf para financiar sistemas de produção agroecológicos. A linha Pronaf Agroecologia, por exemplo, foi muito pouco acessada (SAMBUICHI, R H R; ÁVILA, M L; MOURA, I F; MATTOS, L M; SPÍNOLA, 2018). Buscando explicar a baixa demanda e o desempenho insignificante do PRONAF Verde, Gazolla e Schneider (2013) destacam: a falta de conhecimento dos agricultores e divulgação sobre as linhas, a falta de assistência técnica adequada para elaborar os projetos de base ecológica, os custos elevados do processo de certificação orgânica por auditoria exigidos e as dificuldades burocráticas de acesso ao crédito junto aos bancos.

Os entraves relacionados ao acesso crédito, passavam pela formatação inadequada das planilhas de apresentação dos projetos, falta da definição de metas de aplicação, carência de pessoal, desconhecimento das linhas de crédito verde por parte dos funcionários e/ou sua resistência em financiar projetos agroambientais que não eram prioritários nas agências (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2020).

Neste Cenário, o associativismo e o cooperativismo podem representar ferramentas importantes de inclusão bancária e acesso ao crédito, considerando especialmente o processo de análise de crédito das instituições financeiras, notadamente em seus aspectos subjetivos relacionados aos chamados “Cs do crédito” (Capacidade, Caráter, Capital, Condição e Colateral). Acrescentando-se a isso, a importância social dos agricultores familiares e as perspectivas promissoras que a agricultura orgânica, em primeiro lugar na melhoria da renda e saúde dos produtores, e, em segundo lugar, no potencial de ganhos econômicos, da saúde da população e de imagem para o agronegócio brasileiro.

O presente estudo tem como objetivo analisar o papel do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito bancário por parte dos agricultores familiares orgânicos,

não abrangendo a concessão de crédito pelas próprias cooperativas, sejam em operações de repasse, CPRs financeiras, fornecimento de insumos e outros.

## 2 Referencial Teórico

A definição de Agricultura Familiar foi estabelecida conforme o artigo 3 da Lei nº11.326 (BRASIL, 2006):

Art. 3. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1 O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2 São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

De acordo com Wanderley (1996), a agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Segundo Souza, Fornazier e Del grossi (2020) apud Abramovay (2010) a agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento.

Os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção, situada em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um

grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e com os meios de produção (SCHNEIDER, 2016).

A agricultura familiar também é referência em relação à empregabilidade no campo, geração de renda, abastecimento do mercado interno, à preservação ambiental e a capacidade de produzir culturas diversificadas e produtos heterogêneos (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil estão classificados dentro do segmento da Agricultura Familiar, empregando mais de 10 milhões de indivíduos, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas no campo (IBGE, 2017a).

Segundo o relatório The State of Food and Agriculture (SOFA), de 2014, existem no mundo aproximadamente 500 milhões de agricultores familiares que produzem 80% dos alimentos do mundo, revelando um papel de destaque na promoção da diversidade produtiva e garantia de segurança alimentar (Graeub *et al.*, 2016 apud FAO, 2014).

Segundo Wilkinson (2010), a agricultura familiar, mesmo com o avanço dos agronegócios, mantém uma participação relevante nos mercados de exportação e é preponderante em alguns produtos-chaves para o mercado doméstico, destacando a importância de reforçar a agricultura familiar para enfrentar os múltiplos desafios dos mercados domésticos e globais.

Agricultura orgânica se encaixa nesse contexto, uma vez que nos últimos anos o Brasil tem se destacado como um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, recebendo em 2010 o título de campeão mundial no uso de agroquímicos. Tal patamar, reforça a importância de se buscar maior sustentabilidade na produção agrícola, bem como a promoção de sistemas de produção de alimentos mais saudáveis como os orgânicos o que abre oportunidades importantes nos mercados de exportação devido a certificação e grande demanda por produtos de qualidade e segurança alimentar reconhecidos.

Visando identificar efeitos do uso em grande escala de agrotóxicos em nossa agricultura, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) desenvolve o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos (PARA), o qual é realizado anualmente em todos os estados brasileiros. Estas análises estão encontrando altos índices de alimentos com resíduos de agrotóxicos em todo o país, chegando à média, segundo a ANVISA, de 30 % das amostras de alimentos analisados apresentaram quantidade superior de agrotóxicos do que o permitido pela OMS.

Tal cenário faz com que pessoas melhor informadas procurem cada vez mais alimentos saudáveis, especialmente orgânicos. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na agricultura orgânica não é permitido o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde humana e o meio ambiente. Não são utilizados fertilizantes sintéticos solúveis agrotóxicos e transgênicos.

No Brasil, a Lei de Certificação de Produtos Orgânicos (Lei 10.831 de 23/12/2003), regulamentada em 2011, prevê três modalidades de certificação, a certificação por Auditoria, a certificação por Controle Social de Venda Direta e o Sistema Participativo de Garantia (SPG), quando anteriormente havia somente uma, a Certificação por Auditoria.

Segundo Fornazier e Vieira Filho (2013), as políticas públicas, principalmente o crédito, permitiram que muitos produtores tivessem a oportunidade de utilizar recursos. A mudança na base técnica aumenta a necessidade de inversão na agricultura e, assim, o crédito passa a ser essencial para o acesso às tecnologias mais modernas incluindo a Agricultura Familiar com produção Orgânica, porém, nem todos tiveram acesso a estes recursos.

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – através do Decreto N°1946, que destinava crédito e amparava os produtores familiares. De acordo com Mattei (2005, p14) o PRONAF possuía quatro diretrizes:

- a) financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- b) financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos;
- c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para os agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) financiamento de pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Delgado (2012) salienta que o PRONAF é de fato um programa voltado para a agricultura familiar, pois seus recursos para custeio canalizam-se principalmente para os cultivos alimentares.

Segundo o Banco Mundial (2008) as restrições financeiras continuam muito disseminadas na agricultura, são dispendiosas e distribuídas de forma desigual, limitando a capacidade de competir dos pequenos proprietários, elas decorrem da falta de garantias e da relutância em colocar os ativos em risco como garantia quando eles são vitais para a subsistência.

Visando incentivar o sistema de produção orgânico, que colabora não só para a saúde dos consumidores, mas também para a saúde dos produtores e trabalhadores rurais e o meio ambiente, foram criadas as linhas de crédito do chamado PRONAF Verde, que começaram a operar em 2003.

Essas modalidades especiais de financiamento (PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido e PRONAF ECO) buscam melhorar o uso dos recursos naturais no meio rural, estimulando a adoção de práticas conservacionistas e alternativas tecnológicas menos agressivas ao meio ambiente, visando acelerar o processo de transição das agriculturas convencional, tradicional e/ou moderna para a sustentável, com assistência técnica vinculada aos empréstimos as iniciativas que vêm sendo realizadas no âmbito das unidades familiares de produção (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010).

O PRONAF atualmente possui 15 tipos de linhas de crédito, segundo o Plano Safra 2020/2021 (MAPA, 2021), apresentadas no Quadro 1; que se dividem em linhas de custeio rural, investimento rural e comercialização.

Segundo o manual do crédito rural (CR et al., 2018)BACEN, 2022) o custeio rural classifica-se como agrícola e pecuário e se destina ao atendimento das despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, bem como as despesas da exploração pecuária.

Quanto ao crédito de investimento rural, trata-se de financiamento com predominância de verbas para inversões fixas e semifixas em bens e serviços relacionados com a atividade agropecuária, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio, como exemplo temos o financiamento para aquisição de animais, construção de benfeitorias e aquisição de máquinas e implementos.

O crédito de comercialização tem o objetivo de viabilizar ao produtor rural ou às suas cooperativas agropecuárias os recursos necessários à comercialização de seus produtos no mercado.

Quadro 1 – Resumo das linhas de crédito do PRONAF.

<b>Grupo/Linha</b>	<b>Público(s)</b>	<b>Finalidade(s)-Alvo</b>
PRONAF Grupo A	Agricultores assentados pelo PNRA, beneficiários do PCRFB ou beneficiários do PNCF.	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias.
PRONAF Grupo A/C	Agricultores assentados pelo PNRA. Beneficiários(as) do PNCF.	Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.
PRONAF Grupo B	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), pescadores artesanais, apicultores, artesãos, criadores de animais e fruticultores, dentre outros.  Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupos A, A/C e B do PRONAF.	Investimento em atividades agropecuárias e não agropecuárias.  Custeio pecuário.  Custeio de atividades não agropecuárias.
PRONAF Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V, que exploram atividades agropecuárias ou não. Obs.: as mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no PRONAF Grupo B.	Admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive, de irrigação, além de implementos agrícolas e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, desde que observado o limite individual.
PRONAF Agroindústria	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e V e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.	Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias.
PRONAF Jovem	Jovens agricultores familiares entre 16 e 29 anos de idade, pertencentes às famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e V, que atendam as condições previstas no MCR 10-10.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor.
PRONAF Mais Alimentos	Agricultores familiares, produtores rurais, pescadores artesanais, aqüicultores, silvicultores, extrativistas, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, enquadrados no Grupo V, que desenvolvem atividades agropecuárias e não agropecuárias.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural.
PRONAF Bioeconomia	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e V (Renda Variável).	Implantar, utilizar e/ou recuperar: pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e tecnologias de energia renovável, como o uso de

		energia solar, biomassa, eólica e miniusinas de biocombustíveis.  Investimento para a implantação das culturas do dendê ou da seringueira, com custeio associado para a manutenção da cultura até o sexto ano.
PRONAF Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e V (Renda Variável).	Investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.
PRONAF Floresta	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e V (Renda Variável).	Investimento em sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada.
PRONAF Industrialização para Agroindústria Familiar	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e V (Renda Variável), e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.	Financiamento custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ou de terceiros.
PRONAF Semiárido	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e V (Renda Variável).	Investimento destinado à convivência com o semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica.
PRONAF Microcrédito Produtivo Grupo A	Agricultores assentados pelo PNRA, com renda bruta anual de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) e que não tenha contraído financiamento do PRONAF Grupo A.	Investimento para as atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural, bem como a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura da produção e prestação de serviços agropecuários.
PRONAF Produtivo Orientado	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos A, A/C, B e V (Renda Variável).	Investimento em inovação tecnológica; implantação de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água e agricultura irrigada; sistemas de produção de base agroecológica ou orgânica; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente, entre outras finalidades.
PRONAF Custeio	Agricultores familiares enquadrados nos Grupos B e V, voltados para as atividades agropecuárias ou não, inclusive, por pescadores artesanais, entre outros.	Custeio de atividades agropecuárias, inclusive, aquisição de animais para recria e engorda.

Fonte: Elaboração própria.

Além do aumento dos créditos para agricultura familiar, existe a necessidade de melhorar o processo de assistência técnica ao agricultor. Medina (2012) afirma:

Nesse processo, cabe destacar também o papel do assessoramento técnico, que pode ser resumido como um ciclo de ações que se inicia com o conhecimento da realidade em que o(a) agricultor(a) está inserido(a) – a dinâmica do cotidiano, da produção e seus determinantes – e se desenvolve por meio de um diálogo no qual se constroem novos significados. Sem perder de vista que a vida no meio rural está inserida num contexto global que pauta a conduta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (...).

Importante destacar que dos 10 itens destacados por Campanhola e Valarini (2001) como dificuldades enfrentadas pelo agricultores familiares orgânicos, o acesso ao crédito rural tem o potencial de resolver ao menos 4 deles, como o custo de adaptação de infraestrutura na conversão, dificuldades de manutenção durante o período de transição, custos de certificação e assistência técnica, outros 5 poderiam ser sanados ou amenizados pela associação e cooperação, como a pequena escala de produção, a baixa capacitação gerencial, o acesso às informações, assistência técnica, processamento dos produtos e também os custos de certificação.

Segundo Belik (1998), a modernização da agricultura e o desenvolvimento da agroindústria processadora no Brasil podem ser vistas como um processo de dupla mão envolvendo o Estado e os grupos de interesses organizados. No Brasil, parte dos agricultores tem sido excluídos por não conseguirem responder às crescentes necessidades de aumento da produção agrícola, devido ao modelo de agricultura predominante, pautado nos pressupostos da Revolução Verde, principalmente os que produzem de forma individual (SILVEIRA et al., 1999). Buscando alternativas para enfrentamento desse processo de exclusão, diversos agricultores e trabalhadores rurais têm-se organizado, por meio do trabalho coletivo, com o objetivo de enfrentar as exigências deste modelo agrícola ou têm lutado por mudanças (SILVEIRA et al., 1999).

Especialmente a partir da década de 1990, as associações de agricultores vêm conquistando mais espaço na esfera governamental brasileira, embora se admita que as formas de organização coletiva no meio rural brasileiro já existam desde o período colonial (SILVEIRA et al., 1999).

Inclusive, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2004 (Pnater), que propõe-se a apoiar as iniciativas voltadas para a comercialização dos produtos procedentes da agricultura familiar e sua inserção nos mercados, tendo como ponto central em

suas ações a metodologia participativa e o estímulo às atividades de base agroecológica, evidenciado em um dos objetivos da Pnater: "Incentivar a construção e consolidação de formas associativas que, além de criar melhores formas de competitividade, sejam geradoras de laços de solidariedade e fortaleçam a capacidade de intervenção coletiva dos atores sociais como protagonistas dos processos de desenvolvimento rural sustentável" (BRASIL, 2010).

Para Silveira *et al.* (1999) os grupos procuram tomar iniciativas de cooperação na tentativa de superar a marginalidade em diversas esferas (técnica, econômica, política, social etc.), apresentando as seguintes finalidades: "Transformar, através da união, os pequenos agricultores dispersos, em uma força coesa, principalmente nas relações políticas e econômicas, sobretudo nas esferas de comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário (leite, frutas, verduras e carnes, principalmente, da prestação de serviços etc. [...] Enfrentar problemas de diferentes ordens: de ordem política, relacionados à exclusão da grande maioria dos agricultores nos processos decisórios, isto é, a busca de espaços de participação democrática; e de ordem econômica, e os que se referem à busca de formas de cooperação que se constituam em formas de alternativas minimizadoras do processo de exclusão" (SILVEIRA *et al.*, 1999).

Para Silveira *et al.* (1999), tais associações possibilitam aos pequenos agricultores o alcance de uma escala de produção mais compatível com os padrões econômicos e técnicos exigidos pelo sistema capitalista. Segundo o Banco Mundial (2008), a ação coletiva das organizações de produtores pode reduzir os custos das transações nos mercados, ter maior representação nos fóruns de políticas nacionais e internacionais e conseguir algum peso no mercado, sendo essenciais para os pequenos proprietários alcançarem competitividade.

A análise de crédito subjetiva realizada pelas instituições financeiras guia-se pelos 5 Cs do crédito, sendo i) Caráter - determinação do cliente em honrar os compromissos assumidos; ii) Capacidade - competência profissional e empresarial do proponente; iii) Capital - diz respeito a fontes e usos de recursos revelando a situação econômica e financeira do proponente; iv) Condições - relacionado com o impacto que a situação econômica do país e outros fatores externos e macroeconômicos do ambiente assumidas; Colateral - capacidade acessória do proponente em oferecer garantias adicionais à operação.

Os bancos são instituições voltadas ao lucro e expansão, altamente competitivas que exploram as possibilidades de realizar lucro que cada situação econômica permite. A análise de risco de crédito dos produtores familiares em instituições financeiras é determinada por procedimentos de análise subjetiva e análise objetiva.

De acordo com Santos (2006, p.46) apud Ferreira *et al.* (2011), a análise subjetiva, ou caso a caso, é baseada na experiência adquirida dos analistas de crédito, no conhecimento técnico, no bom-senso e na disponibilidade de informações que lhes possibilitem realizar diagnóstico se o cliente reúne condições para honrar pontualmente o pagamento das parcelas dos financiamentos.

Segundo Wenner *et al.* (2007), diversos aspectos devem ser investigados, como a capacidade de gerir recursos financeiros, de liquidar pagamentos, a integridade, moral, e a quantidade e qualidade das garantias. Neste ponto cita-se a nomenclatura dos “Cs do crédito” (capital, condições de pagamento, caráter do devedor, capacidade de pagamento e colateral), utilizada por diversos autores como importantes identificadores do risco de crédito de cada cliente.

### **3 Procedimento Metodológico**

Para atingir o objetivo proposto neste estudo que é analisar o papel do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito dos produtores familiares orgânicos, utilizou-se o procedimento metodológico de revisão sistemática da literatura (RSL).

De acordo com Cordeiro *et al.* (2007), a RSL é um tipo de investigação científica que tem por objetivo reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários. Nesta pesquisa, utilizou-se o protocolo de RSL denominado *Methodi Ordinatio* (M.O.) que é um protocolo multicritério de tomada de decisão na seleção de artigos científicos para a composição de um portfólio bibliográfico (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015).

O protocolo utiliza três fatores mais relevantes a serem considerados na escolha de um trabalho: (a) número de citações, que demonstra o reconhecimento da comunidade científica em relação a determinada pesquisa; (b) fator de impacto (métrica), que revela a importância do periódico onde o artigo foi publicado; e, (c) o ano de publicação, que revela a atualidade do artigo. De acordo com Pagani, Kovalesski e Resende (2015), o protocolo M.O. é composto por nove etapas que serão descritas a seguir. Nas etapas são detalhados os termos, bases consultadas e procedimentos utilizados na pesquisa:

- Etapa 1 – Estabelecimento da intenção de pesquisa: verificar o estado da arte sobre as pesquisas que relacionam os conceitos e fundamentos teóricos sobre os temas:

“Cooperativismo/Associativismo” e “Crédito Rural”, notadamente quanto a adequação deste sistema aos agricultores familiares orgânicos.

- Etapa 2 – Pesquisa preliminar exploratória nas bases de dados bibliográficos: foram testadas em diferentes bases de dados combinações com as palavras-chave: ("Agricultural Cooperative" OR "Collective Organisations" OR "Collective Actions") AND "Agricultural Credit.
- Etapa 3 – Definição das palavras-chave e bases de dados: Dentre as bases testadas, as selecionadas para esta pesquisa foi a Science Direct, por apresentar maior abrangência nos resultados com as palavras-chave utilizadas e por se tratar de uma revisão que busca estudos nacionais e internacionais, a referida base também foi escolhida por apresentar resultados nos idiomas português e inglês. Foram buscados artigos com a seguinte combinação: ("Agricultural Cooperative" OR "Collective Organisations" OR "Collective Actions") AND "Agricultural Credit. Optou-se pela realização da busca por artigos publicados no período de 01/01/2015 a 10/05/2021. Após o estabelecimento das palavras-chave e delimitação temporal, foram feitos testes finais de busca nas bases para assegurar a consistência e qualidade das buscas.
- Etapa 4 – Busca definitiva nas bases de dados: utilizando as combinações testadas na etapa 3ª. Obteve-se o total de 40 artigos. No momento da busca optou-se apenas por artigos de periódicos revisados por pares (conforme proposto pelo protocolo M.O), excluindo da busca teses, dissertações, anais de eventos, capítulos de livros, revisões, entre outros.
- Etapa 5 – Procedimento de filtragem: nesta etapa foram eliminados artigos cujos título ou abstract não estivessem relacionados ao tema pesquisado ou não tivesse como foco principal os temas “Cooperativismo/Associativismo” e “Crédito Rural” ou que abordassem somente um dos dois temas sem fazer nenhum tipo de conexão entre as duas temáticas, além de artigos que após a leitura da introdução e da conclusão não apresentaram relevância ou aderência suficiente para compor o portfólio bibliográfico, de acordo com o tema proposto, bem como aqueles que tratam exclusivamente de benefícios ambientais da adoção da AO (exclusão total de 23 textos). Esta filtragem resultou em um total de 17 artigos para compor o portfólio desta pesquisa.
- Etapa 6 – Identificação do fator de impacto, do ano e número de citações: Decidiu-se utilizar todos os artigos na presente revisão, assim, esta etapa não foi necessária.

- Etapa 7 – Ordenação dos artigos por meio do *In Ordinatio*: Decidiu-se utilizar todos os artigos na presente revisão, assim, esta etapa não foi necessária.
- Etapa 8 – Localização dos artigos em formato integral: Todos os artigos selecionados foram localizados em formato integral.
- Etapa 9 – Leitura e análise sistemática dos artigos: a leitura sistêmica foi realizada com os 18 artigos encontrados.

## 4 Resultados e Discussões

### 4.1 Estado da arte sobre cooperativismo/associativismo e crédito rural

A seguir serão apresentados os resultados obtidos por meio da leitura sistemática dos artigos selecionados para esta revisão. O Quadro 2 identifica os artigos, autores, periódicos e ano de publicação.

Quadro 2 – Estado da arte da pesquisa sobre cooperativismo/associativismo e crédito rural.

Título do Artigo	Autor(es)	Periódico	Ano
Organisational attributes of cooperatives and farmer companies.	Sanjaya Fernando, et al	Journal of Co-operative Organization and Management	2021
Pathways for building resilience to COVID-19 pandemic and revitalizing the Nepalese agriculture sector,	Dinesh Babu Thapa Magar, et al	Agricultural Systems	2021
Poverty finance and the durable contradictions of colonial capitalism: Placing ‘financial inclusion’ in the long run in Ghana,	Nick Bernards,	Geoforum,	2021
The contribution of cooperative irrigation scheme to poverty reduction in Tanzania,	Chuan-hong ZHANG, Wandella Amos BENJAMIN, Miao WANG,	Journal of Integrative Agriculture,	2021
Prospects and constraints in smallholder farmers' adoption of multiple soil carbon enhancing practices in Western Kenya,	George Magambo Kanyenji, et al.	Heliyon,	2020
Targeted monetary policy and agriculture business loans,	Chaoying Lin, Lerong He.	The North American Journal of Economics and Finance,	2020
Farmers using insurance and	Yan-yuan ZHANG,	Journal of Integrative	2019

cooperatives to manage agricultural risks: A case study of the swine industry in China,	Guang-wei JU, Jin-tao ZHAN,	Agriculture,	
Synergistic impacts of agricultural credit and extension on adoption of climate-smart agricultural technologies in southern Africa,	Clifton Makate, et al	Environmental Development,	2019
The appearance of community logics in management accounting and control: Evidence from an Egyptian sugar beet village,	Ahmed A. Diab.	Critical Perspectives on Accounting,	2019
Digital platforms for smallholder credit access: The mediation of trust for cooperation in maize value chain financing,	Christopher Agyekumhene, et al	NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences,	2018
Factors influencing cooperator satisfaction: A study applied to wine cooperatives in Portugal,	Vítor Figueiredo, Mário Franco,	Journal of Cleaner Production,	2018
Wine cooperatives as a form of social entrepreneurship: Empirical evidence about their impact on society,	Vítor Figueiredo, Mário Franco,	Land Use Policy,	2018
Resource basis, ecosystem and growth of grain family farm in China: Based on rough set theory and hierarchical linear model,	Yang Gao, et al	Agricultural Systems,	2017
Contrasting innovation networks in smallholder agricultural producer cooperatives: Insights from the Niayes Region of Senegal,	Graeme Reed, Gordon M. Hickey,	Journal of Co-operative Organization and Management,	2016
Sustainable intensification of agricultural systems in the Central African Highlands: The need for institutional innovation,	Marc Schut, et al	Agricultural Systems	2016
The State of Family Farms in the World,	Benjamin E. Graeub, et al	World Development,	2016
The organization of urban agriculture: Farmer associations and urbanization in Tanzania,	Stephan Schmidt, Wakuru Magigi, Boniphace Godfrey,	Cities,	2015

Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 1, a seguir, evidencia a média de publicações por ano e destaca a maior relevância do tema nos últimos 3 anos.

Gráfico 1 – Média de publicações por ano.



Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 1, a seguir, evidencia em quais periódicos os artigos foram publicados. Percebe-se que o escopo de pesquisa se refere à: sociologia rural, políticas públicas, economia, sustentabilidade e administração.

Tabela 1 – Quantidade de publicações por periódico.

Periódico	Quantidade
Agricultural Systems	3
Journal of Co-operative Organization and Management	3
Journal of Integrative Agriculture	2
Cities	1
Critical Perspectives on Accounting	1
Environmental Development	1
Geoforum	1
Heliyon	1
Journal of Cleaner Production	1
Land Use Policy	1
NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences	1
The North American Journal of Economics and Finance	1
World Development	1

Fonte: Elaboração própria.

Para melhor visualização acerca do que é proposto como objetivo deste artigo, fez-se necessário classificar os artigos ora encontrados quanto as dimensões de análise que será realizada, ou seja, o enquadramento de cada artigo em um respectivo “C do crédito”. O Quadro 3, a seguir, evidencia os artigos e os respectivos “Cs do crédito” que foram abordados nos estudos analisados. Cada um destes tópicos será abordado de forma sucinta visando descrever as principais discussões desta revisão sistemática.

Quadro 3 – Dimensões de análise.

Dimensão de Análise	Autor(es)
“C” de Caráter	(AGYEKUMHENE et al., 2018);(FIGUEIREDO; FRANCO, 2018a)
“C” de Capacidade	(REED; HICKEY, 2016); (BERNARDS, 2021); (KANYENJI et al., 2020); (GAO et al., 2017); (SCHUT et al., 2016); (DIAB, 2019); (ZHANG; BENJAMIN; WANG, 2021)
“C” de Capital	(FIGUEIREDO; FRANCO, 2018b); (MAKATE et al., 2019)
“C” de Condições	(FERNANDO et al., 2021); (THAPA MAGAR et al., 2021); (SCHMIDT; MAGIGI; GODFREY, 2015); (GRAEUB et al., 2016)
“C” de Colateral	(ZHANG; JU; ZHAN, 2019); (LIN; HE, 2020)

Fonte: Elaboração própria.

#### **4.1 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Caráter)**

Segundo Ferreira *et al* (2011) apud Santos (2000, p.44-7) e ) e Silva (1993, p.130-78) , sob a ótica creditícia, pode-se dizer que caráter é a determinação do cliente em honrar os compromissos assumidos. Está ligado à honestidade e reflete-se no esforço para cumprir uma obrigação. Por isso é elemento fundamental na decisão sobre a concessão do crédito.

Para formação do conceito sobre a idoneidade, deve-se considerar o histórico de relações anteriores com a organização, informações de terceiros (fornecedores, comercio local, bancos, etc...), hábitos, cultura, associações, modo de vida, e tudo que possa indicar a vontade do cliente em cumprir obrigações anteriormente acordadas.

Dado a proximidade com seus associados e cooperados, as associações e cooperativas podem colaborar nesta análise em dois aspectos, o primeiro é como fonte de informações sobre seus membros, considerando que a eventual inadimplência de alguns pode prejudicar a imagem de todos os cooperados, e segundo, como fomentadoras da cultura de pontualidade e honradez quanto aos compromissos assumidos.

#### **4.2 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Capacidade)**

Ainda segundo Ferreira *et al.* (2011)apud Santos (2000, p.44-7) e ) e Silva (1993, p.130-78) a capacidade pode ser qualificada como competência profissional e empresarial do proponente. Devem ser observados os aspectos relativos ao desempenho tecnológico, mercadológico e administrativo.

O Analista deverá analisar com critério todas as informações disponíveis, uma vez que, poderá ser fundamental para sua análise. São exemplos preponderantes, os tipos de administração, conhecimento técnico sobre o negócio ou se obtiveram sucesso em atividades anteriores, instalações e equipamentos disponíveis, grau de utilização da capacidade instalada, sistema de controle gerencial.

Neste cenário as associações e cooperativas possuem condições ímpares de atuar no treinamento, capacitação e disseminação de informações, técnicas e gerenciais, também, fornecendo assistência técnica gratuita e especializada a seus associados/cooperados, colaborando assim com uma análise positiva dos tomadores.

#### **4.3 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Capital)**

Qualquer atividade produtiva requer o emprego de recursos para sua gestão, que podem ser próprios ou de terceiros. Capital diz respeito a fontes e usos desses recursos revelando a situação econômica e financeira do proponente, e, sendo assim, deve ser coerente com a atividade desenvolvida e pretensões formuladas (FERREIRA *et al.*,2011 apud SANTOS, 2000, p.44-7 e SILVA 1993, p.130-78).

A análise de capital em um dado momento e sua evolução histórica permite avaliar a segurança na concessão de crédito. No caso dos agricultores familiares de forma geral, envolverá interpretações dos demonstrativos financeiros, nos aspectos de liquidez, lucratividade, estrutura, endividamento, rotação, geração de recursos e capital de giro, dentre outros.

Neste sentido, as associações e cooperativas podem colaborar em dois aspectos, o primeiro como fonte de informações, uma vez que reúnem dados como o volume e valores comercializados por associado/cooperado, e, em segundo, colaborando com a comercialização

da produção, trazendo segurança, acesso a mercados antes inalcançáveis e melhores preços, o que colabora positivamente na análise de crédito.

#### **4.4 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Condições)**

Condições está relacionado com o impacto que a situação econômica do país e outros fatores externos e macroeconômicos do ambiente, ou do setor de atividade reflete no produtor, interferindo nas suas atividades e nas características de suas proposições de crédito, de modo que venha a afetar sua habilidade de funcionamento, e cumprimentos com as obrigações assumidas (FERREIRA *et al.*, 2011 apud SANTOS, 2000, p.44-7 e SILVA 1993, p.130-78).

O Analista de Crédito, deverá dispensar atenção especial às alterações que diariamente ocorrem nos diversos segmentos, identificando oportunidades e ameaças nos negócios. Existem fontes de informação, relevantes como jornais e revistas de economia, Panorama Setorial, publicações especializadas até por atividades e programas de televisão que tratam do setor ou da economia.

As associações e cooperativas agrícolas de agricultores familiares orgânicos contribuem nesta análise, uma vez que normalmente comercializam boa parcela de sua produção em programas governamentais (PAA e PNAE) e outra parcela em mercados orgânicos, o que representa certa resiliência quanto as condições micro e macroeconômicas.

#### **4.5 Contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito subjetiva pelas instituições financeiras (o “C” de Colateral)**

Caracterizada pela capacidade acessória da proponente em oferecer garantias adicionais à operação, “colateral” ou garantia torna-se um fator de complemento e acessório da análise de crédito. Assim, não deve ser considerada como aspecto determinante de decisão, ou seja, seu objetivo é apenas oferecer maior segurança às operações, para que em casos de insolvência por parte do devedor, haja cobertura dos valores envolvidos.

Deve ser analisada após a avaliação dos demais “Cs”, para que não seja objeto de influência na decisão do crédito, pois jamais deve-se realizar uma operação baseada na garantia como forma de retorno de capitais. O interesse comercial deve ter por norma receber

os capitais provenientes da operação nos prazos e dentro das condições pactuadas em moeda corrente, baseado na capacidade da empresa/devedor de gerar recursos através da sua atividade.

Além de colaborar sobremaneira nos demais “Cs”, possibilitando em alguns casos acordos informais de redução de exigências de garantias por parte dos agentes financeiros, o associativismo e cooperativismo podem colaborar na coordenação dos proponentes no sentido de possibilitar garantias fidejussórias entre eles, também, na possibilidade de firmar convênios de integração rural entre os cooperados, a cooperativa e os agentes financeiros, visando a flexibilização das garantias.

#### **4.6 Colaborações do associativismo e do cooperativismo na formulação de políticas públicas, relacionamento com intervenientes, arranjos locais e suporte técnico/gerencial**

Conforme explicitado por Silveira *et al.* (1999), as iniciativas de cooperação surgem na tentativa de superar a marginalidade em diversas esferas (técnica, econômica, política, social, etc...). No contexto do campo, o impacto das políticas públicas, do acesso ao crédito e da assessoria técnica são extremamente relevantes, tornando a ação coletiva primordial.

Neste contexto, diversos são os exemplos em que as associações e cooperativas desempenharam papel relevante na formulação de políticas públicas, relacionamento com intervenientes, arranjos locais, e suporte técnico/gerencial.

Um exemplo foi a elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), participaram como representantes titulares da sociedade civil a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf Brasil), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Rede Ecovida de Agroecologia, a Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO), a Rede Cerrado, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) a Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio), entre outros (MAPA, 2013).

Que colaboraram para importantes conquistas, como a criação e destinação de recursos para linhas de crédito do PRONAF Verde, destinação de recursos para Ater e para o fortalecimento de Redes de Agroecologia, de Agroextrativismo e de Produção Orgânica, além da pesquisa e extensão tecnológica.

No âmbito da capacitação e pesquisa, diversos são os exemplos de coordenação destes agentes junto a universidades, governos locais, secretarias da agricultura, Ater, Embrapa e outros, no sentido de promover pesquisas, dias de campo, unidades demonstrativas e feiras tecnológicas, além de disponibilizarem, em alguns casos, técnicos contratados para prestar assistência aos associados/cooperados.

Já no âmbito da obtenção dos recursos públicos para o desenvolvimento da produção orgânica, também são encontrados diversos exemplos de coordenação destes agentes, como a obtenção em 2019 pela FAPE-DF de R\$2,5 milhões em emendas apresentadas pelo deputado distrital Roosevelt Vilela, que foram destinados às obras de instalação do Centro de Distribuição de Orgânicos da Ceasa, a modernização do Parque da Granja do Torto, à realização da AgroBrasília, do Congresso Internacional de Apicultura e duas edições do Eixão Agro (AGRO EM DIA, 2019).

Por fim, destaca-se a atuação das associações e cooperativas em arranjos informais, reivindicando junto ao governo local melhorias na infraestrutura rodoviária, buscando junto às empresas públicas de assistência técnica a elaboração de projetos de crédito rural, junto as instituições financeiras informações e divulgação das linhas de crédito rural para seus associados e articulações para melhorar o processo de concessão de crédito.

## 5 Lacunas de Pesquisa

Através da pesquisa, além de verificar as principais discussões na temática de Cooperativismo/Associativismo e Crédito Rural também foi possível verificar as lacunas de pesquisa, ou seja, temas que poderiam ser mais pesquisados enriquecendo a temática de estudo. O Quadro 4, a seguir, evidencia as principais lacunas de pesquisa identificadas.

Quadro 4 – Lacunas de pesquisa.

<b>Dimensões de Análise</b>	<b>Lacunas</b>
“C” de Caráter	Estudo longitudinal também é relevante, de forma a compreender resistir se os tempos de crise ou de crescimento / estagnação têm implicações para o sucesso dos cooperadores, (FIGUEIREDO; FRANCO, 2018a)
“C” de Capacidade	o papel do capital social individual (incluindo redes sociais) na função e desempenho das cooperativas agrícolas, (REED; HICKEY, 2016);
“C” de Capital	averiguar a imagem geral da população sobre o movimento cooperativista e cooperativas,(FIGUEIREDO; FRANCO, 2018b)

“C” de Condições	analisar e comparar os atributos organizacionais de organizações coletivas em diferentes setores irá lançar ainda mais, (FERNANDO et al., 2021); focar as diferentes abordagens usadas na formulação e implementação de políticas para a agricultura familiar e na identificação de princípios bem-sucedidos que podem ser compartilhados em políticas em diferentes países, (GRAEUB et al., 2016)
“C” de Colateral	Estudo combinando dados de empréstimos em nível de empresa com dados de empréstimos em nível de banco para investigar como os instrumentos de política monetária podem ter impactos diferenciais sobre bancos e empresas com várias características, (LIN; HE, 2020);

Fonte: Elaboração própria.

## 6 Considerações Finais

Com o estudo foi possível realizar uma análise das contribuições do associativismo e cooperativismo na análise de crédito dos agricultores familiares orgânicos, o que possibilitou entender um pouco mais sobre como se dá esta análise sob a ótica das instituições financeiras, também, foi possível apresentar exemplos de ações destas associações/cooperativas, tanto influenciando políticas de crédito, quanto promovendo a disseminação técnica e de coordenação entre as instituições financeiras.

Os resultados mais relevantes encontrados foram que as associações e cooperativas podem desempenhar importante papel como promotoras de segurança para o processo de crédito, influenciando positivamente na análise dos pretendidos tomadores, facilitando o acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares orgânicos.

Também, pôde-se observar a atuação das associações/cooperativas junto ao poder público, auxiliando e reivindicando políticas públicas para acesso ao crédito, com importantes conquistas.

Nesta direção, foi possível ainda, identificar arranjos incentivados por estes agentes junto à políticos (para destinação de emendas parlamentares), governo local (melhoria de estradas), instituições financeiras (divulgação de linhas de crédito e articulações para melhorar o processo de crédito) e de assistência técnica (visitas técnicas, feiras tecnológicas e dias de campo).

Percebeu-se que há possibilidade de aprofundamento sobre o tema, uma proposta de estudos futuros seria a realização de estudo sobre a jornada do produtor rural na obtenção de crédito rural para projetos agroecológicos, também, sobre a análise das exigências documentais pelas instituições financeiras, bem como a análise dos aspectos que desestimulam os agricultores familiares orgânicos a procurar crédito rural junto as linhas de crédito do PRONAF Verde.

## Referências

- AGRO EM DIA. **Presidente da FPA-DF anuncia cerca de R\$ 2,5 milhões em emendas para o agro.** 2019.
- AGYEKUMHENE, Christopher; DE VRIES, Jasper R.; VAN PAASSEN, Annemarie; MACNAGHTEN, Philip; SCHUT, Marc; BREGT, Arnold. **Digital platforms for smallholder credit access:** The mediation of trust for cooperation in maize value chain financing. *NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences*, [S. l.], v. 86–87, n. June, p. 77–88, 2018. DOI: 10.1016/j.njas.2018.06.001. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.njas.2018.06.001>.
- AQUINO, Joacir Rufino De; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Tentativas De Inclusão Da Agricultura De Base Ecológica No Pronaf:** Do Otimismo Das Linhas De Crédito Verde Ao Sonho Frustrado Do I Planapo. *Revista Grifos*, [S. l.], v. 30, n. 51, p. 163–189, 2020. DOI: 10.22295/grifos.v30i51.5548.
- ÁVILA, SILVIA REGINA STARLING ASSAD. **DINÂMICA DE DESMATAMENTO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORTE DO MATO GROSSO.** [S. l.], n. 2, p. 1–13, 2019.
- BELIK, Walter. **Mudanças no padrão de intervenção do estado no Complexo Agro-industrial Brasileiro.** Raízes: *Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [S. l.], n. 18, p. 9–25, 1998. DOI: 10.37370/raizes.1998.v.141.
- BERNARDS, Nick. **Geoforum Poverty finance and the durable contradictions of colonial capitalism :** Placing ‘ financial inclusion ’ in the long run in Ghana. *Geoforum*, [S. l.], v. 123, n. December 2020, p. 89–98, 2021. DOI: 10.1016/j.geoforum.2021.04.029. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.04.029>.
- BRASIL. **Lei 4829**, 1965.
- BRASIL. **Lei 11.326**, 2006.
- BRASIL. **Lei 12.188**, 2010.
- CAMPANHOLA, Clayton;; VALARINI, Pedro José. **a Agricultura Orgânica E Seu Potencial Para O Pequeno Agricultor.** *Cadernos de Ciencia e Tecnologia*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 69–101, 2001.
- CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria De; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. **Revisão sistemática:** uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, [S. l.], v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007. DOI: 10.1590/s0100-69912007000600012.
- COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. **Dissertações e Teses Multipaper:** Uma breve revisão bibliográfica. VIII Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática, [S. l.], n. 1999, p. 10, 2014.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006:** o marco legal e as opções para sua identificação. *Estudos Sociedade e Agricultura*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 127–157, 2010. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/322>.
- DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio E Agricultura Familiar No Brasil:** Desafios Para a Transformação Democrática Do Meio Rural. *Novos Cadernos NAEA*, [S. l.], v. 15, n.

1, p. 85–129, 2012. DOI: 10.5801/ncn.v15i1.868.

DIAB, Ahmed A. **The appearance of community logics in management accounting and control: Evidence from an Egyptian sugar beet village.** *Critical Perspectives on Accounting, [S. l.]*, n. xxxx, 2019. DOI: 10.1016/j.cpa.2019.04.005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2019.04.005>.

DUKE, Nell K.; BECK, Sarah W. **Research news and comment: Education should consider alternative formats for the dissertation.** *Educational Researcher, [S. l.]*, v. 28, n. 3, p. 31–36, 1999. DOI: 10.3102/0013189X028003031.

FERNANDO, Sanjaya; GARNEVSKA, Elena; RAMILAN, Thiagarajah; SHADBOLT, Nicola. **Organisational attributes of cooperatives and farmer companies.** *Journal of Co-operative Organization and Management, [S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 100132, 2021. DOI: 10.1016/j.jcom.2021.100132. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2021.100132>.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; OLIVEIRA, Lívia Maria De; DOS SANTOS, Lucas Maia; ABRANTES, Luiz Antônio. **Previsão De Risco De Crédito Para Definição Do Perfil De Clientes De Um Banco De Varejo.** *Revista de Negócios, [S. l.]*, v. 16, n. 2, p. 47, 2011. DOI: 10.7867/1980-4431.2011v16n2p47-64.

FIGUEIREDO, Vítor; FRANCO, Mário. **Wine cooperatives as a form of social entrepreneurship: Empirical evidence about their impact on society.** *Land Use Policy, [S. l.]*, v. 79, n. January, p. 812–821, 2018. a. DOI: 10.1016/j.landusepol.2018.09.022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.09.022>.

FIGUEIREDO, Vítor; FRANCO, Mário. **Factors influencing cooperator satisfaction: A study applied to wine cooperatives in Portugal.** *Journal of Cleaner Production, [S. l.]*, v. 191, p. 15–25, 2018. b. DOI: 10.1016/j.jclepro.2018.04.177.

FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Heterogeneidade Estrutural no Setor Agropecuário Brasileiro: Evidência a partir do Censo Agropecuário de 2006.** Texto para Discussão IPEA, *[S. l.]*, v. 1708, p. 34, 2012. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1708.pdf%0Ahttps://www.econstor.eu/bitstream/10419/91398/1/719074754.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1708.pdf%0Ahttps://www.econstor.eu/bitstream/10419/91398/1/719074754.pdf).

FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Heterogeneidade estrutural na Produção agroPecuária: uma comparação da Produtividade total dos fatores no Brasil e nos estados unidos.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *[S. l.]*, n. 9, p. 1689–1699, 2013.

GAO, Yang; ZHANG, Xiao; WU, Lei; YIN, Shijiu; LU, Jiao. **Resource basis, ecosystem and growth of grain family farm in China: Based on rough set theory and hierarchical linear model.** *Agricultural Systems, [S. l.]*, v. 154, n. November 2016, p. 157–167, 2017. DOI: 10.1016/j.agsy.2017.03.013.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do pronaf crédito de custeio e investimento no rio grande do sul.** *Revista de Economia e Sociologia Rural, [S. l.]*, v. 51, n. 1, p. 45–68, 2013. DOI: 10.1590/S0103-20032013000100003.

GRAEUB, Benjamin E.; CHAPPELL, M. Jahi; WITTMAN, Hannah; LEDERMANN, Samuel; KERR, Rachel Bezner; GEMMILL-HERREN, Barbara. **The State of Family Farms in the World.** *World Development, [S. l.]*, v. 87, p. 1–15, 2016. DOI: 10.1016/j.worlddev.2015.05.012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012>.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: Resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** Revista de Economia e Sociologia Rural, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 301–328, 2007. DOI: 10.1590/s0103-20032007000200004.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 2017. a.

IBGE. **Resultados definitivos:** Distrito Federal. 2017b. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.

KANYENJI, George Magambo; OLUOCH-KOSURA, Willis; ONYANGO, Cecilia Moraa; NG'ANG'A, Stanley Karanja. **Prospects and constraints in smallholder farmers' adoption of multiple soil carbon enhancing practices in Western Kenya.** Heliyon, [S. l.], v. 6, n. 3, p. e03226, 2020. DOI: 10.1016/j.heliyon.2020.e03226. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e03226>.

KLERING, L.; PORSSSE, M.; GUADAGNIN, L. **Novos caminhos da administração pública brasileira.** Análise, [S. l.], p. 4–17, 2010.

LIN, Chaoying; HE, Lerong. **Targeted monetary policy and agriculture business loans.** North American Journal of Economics and Finance, [S. l.], v. 54, n. July, p. 101290, 2020. DOI: 10.1016/j.najef.2020.101290. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.najef.2020.101290>.

MAKATE, Clifton; MAKATE, Marshall; MUTENJE, Munyaradzi; MANGO, Nelson; SIZIBA, Shephard. **Synergistic impacts of agricultural credit and extension on adoption of climate-smart agricultural technologies in southern Africa.** Environmental Development, [S. l.], v. 32, n. April, p. 100458, 2019. DOI: 10.1016/j.envdev.2019.100458. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2019.100458>.

MAPA. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.** [S. l.], 2013.

MAPA. **Plano Safra 2020-2021 – Quadro Resumo (Tabela Grupos e Linhas PRONAF).** [S. l.], 2021.

MEDINA, Gabriel. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico.** [S. l.], n. January, p. 354, 2012.

MUNDIAL, Banco. **Relatório sobre desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento.** [s.l: s.n.].

NOGUEIRA, Paulyene Vieira. **SISTEMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL EM BANANEIRA 'PRATA' E APROVEITAMENTO DE SUBPRODUTOS VISANDO À SEGURANÇA ALIMENTAR LAVRAS - MG.** [S. l.], 2020.

OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva; PINHEIRO, Lessi Inês Farias De; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. **O DESENVOLVIMENTO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.** [S. l.], p. 1–6, 2015.

PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; RESENDE, Luis Mauricio. **Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication.** Scientometrics, [S. l.], v. 105, n. 3, p. 2109–2135, 2015. DOI: 10.1007/s11192-015-1744-x.

REED, Graeme; HICKEY, Gordon M. **Contrasting innovation networks in smallholder agricultural producer cooperatives: Insights from the Niayes Region of Senegal.** Journal of Co-operative Organization and Management, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 97–107, 2016. DOI: 10.1016/j.jcom.2016.09.001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcom.2016.09.001>.

SAMBUICHI, R H R; ÁVILA, M L; MOURA, I F; MATTOS, L M; SPÍNOLA, P. A. C. O

**Financiamento da transição agroecológica no Brasil:** será que estamos no caminho certo? *[S. l.]*, v. 13, 2018.

SAWAYA, Ana Lydia; SOLYMOS, Gisela Maria Bernardes; FLORÊNCIO, Telma Maria de Menezes Toledo; MARTINS, Paula Andrea. **Os dois Brasis:** quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. *Estudos Avançados*, *[S. l.]*, v. 17, n. 48, p. 21–44, 2003. DOI: 10.1590/s0103-40142003000200003.

SCHMIDT, Stephan; MAGIGI, Wakuru; GODFREY, Boniphace. **The organization of urban agriculture:** Farmer associations and urbanization in Tanzania. *Cities*, *[S. l.]*, v. 42, n. PB, p. 153–159, 2015. DOI: 10.1016/j.cities.2014.05.013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2014.05.013>.

SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e agricultura familiar.** Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural, *[S. l.]*, n. October, p. 93–140, 2016.

SCHUT, Marc et al. **Sustainable intensification of agricultural systems in the Central African Highlands:** The need for institutional innovation. *Agricultural Systems*, *[S. l.]*, v. 145, p. 165–176, 2016. DOI: 10.1016/j.agsy.2016.03.005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.agsy.2016.03.005>.

SILVEIRA, Paulo Roberto C.; NEUMANN, Pedro Selvino; LAGO, Adriano; OLIVEIRA, Antônio Elisandro; PELEGRINI, Gelson. **a Diversidade Do Associativismo Na Região Do Corede-Centro/Rs1 E Sua Importância Para O Desenvolvimento Regional.** *Journal of Chemical Information and Modeling*, *[S. l.]*, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 1999.

SOUSA, Maria José Duarte De; CAJÚ, Maria Andreza Duarte; OLIVEIRA, Cícera Patrícia Alves. **A importância da produção agrícola orgânica na agricultura familiar.** *Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA*, *[S. l.]*, v. 10, n. 31, p. 82, 2016. DOI: 10.14295/online.v10i31.555.

SOUZA, Amanda Borges De; FORNAZIER, Armando; DELGROSSI, Mauro Eduardo. **Sistemas agroalimentares locais:** possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade*, *[S. l.]*, v. 23, p. 2020, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180248r2vu2020L5AO>.

THAPA MAGAR, Dinesh Babu; PUN, Sirish; PANDIT, Ram; ROLA-RUBZEN, Maria Fay. **Pathways for building resilience to COVID-19 pandemic and revitalizing the Nepalese agriculture sector.** *Agricultural Systems*, *[S. l.]*, v. 187, n. December 2020, p. 103022, 2021. DOI: 10.1016/j.agsy.2020.103022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2020.103022>.

WANDERLEY, Maria. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processo sociais agrários., *[S. l.]*, p. 18, 1996.

WENNER, Mark; NAVAJAS, Sergio; TRIVELLI, Carolina; TARAZONA, Alvaro. **Managing credit risk in rural financial institutions in Latin America. Banco Interamericano de Desarrollo.** *Sustainable Development*, *[S. l.]*, p. 30, 2007.

WILKINSON, John. Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros. *Revista Brasileira de Zootecnia*, *[S. l.]*, v. 39, n. SUPPL. 1, p. 26–34, 2010. DOI: 10.1590/S1516-35982010001300004.

ZHANG, Chuan hong; BENJAMIN, Wandella Amos; WANG, Miao. **The contribution of cooperative irrigation scheme to poverty reduction in Tanzania.** *Journal of Integrative Agriculture*, *[S. l.]*, v. 20, n. 4, p. 953–963, 2021. DOI: 10.1016/S2095-3119(21)63634-1.

Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119\(21\)63634-1](http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119(21)63634-1).

ZHANG, Yan yuan; JU, Guang wei; ZHAN, Jin tao. **Farmers using insurance and cooperatives to manage agricultural risks: A case study of the swine industry in China.** *Journal of Integrative Agriculture, [S. l.]*, v. 18, n. 12, p. 2910–2918, 2019. DOI: 10.1016/S2095-3119(19)62823-6. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119\(19\)62823-6](http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119(19)62823-6).

### 3 CONCESSÃO DE CRÉDITO NA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA

#### CONCESSÃO DE CRÉDITO NA PRODUÇÃO FAMILIAR ORGÂNICA

#### GRANTING OF CREDIT IN ORGANIC FAMILY PRODUCTION

Ariel Luiz de Sales Gomes<sup>1</sup>, João Paulo Guimarães Soares<sup>2</sup>, Maria Júlia Pantoja<sup>3</sup>, Ana Maria Resende Junqueira<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Estudante do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA) da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: arielgomes@bb.com.br. <sup>2</sup>Pesquisador Embrapa Cerrados/PROPAGA-UnB. E-mail: jp.soares@embrapa.br. <sup>3</sup>Professora da FAV-UnB. E-mail: jpantoja@unb.br. <sup>4</sup>Professora do PROPAGA-FAV-UnB. E-mail: anamaria@unb.br.

#### RESUMO

Não obstante a relevância das linhas de crédito para o desenvolvimento das atividades do sistema de produção orgânica, o acesso, por parte dos produtores familiares, por linhas específicas para tal fim, ainda é extremamente baixo. Portanto, o presente artigo busca analisar os motivos que levam os produtores orgânicos a não acessarem, em especial as linhas de crédito do PRONAF denominadas “Linhas Verde”. Um questionário eletrônico foi encaminhado, via aplicativo *WhatsApp*, a 2.325 produtores constantes do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e os dados obtidos foram submetidos à análises estatística e de conteúdo. Os resultados evidenciaram que a maior parte dos produtores desenvolvem suas atividades de produção orgânica com recursos próprios e que os motivos mais destacados para a não contratação de crédito nas linhas de crédito específicas para a produção orgânica estão ligados ao processo de concessão do crédito. Adicionalmente, os resultados sinalizaram a necessidade de revisão das linhas, com vistas a torná-las negocialmente mais atrativas, além de menos burocráticas, considerando as particularidades dos produtores e do sistema de produção orgânica.

**Palavras-chave:** Produção Orgânica. Agricultura familiar. PRONAF Verde. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

## ABSTRACT

This article seeks to analyze the reasons that lead organic producers not to access specific credit lines for this audience, especially the PRONAF credit lines called “Linhas Verde”. For that, a questionnaire was sent via WhatsApp application to 2,325 producers listed in the National Register of Organic Producers, using statistical and content analysis as data analysis techniques. The results showed that most producers develop their organic production activities with their own resources and that the most relevant reasons for not contracting credit in specific credit lines for organic production are linked to the credit granting process. It was also noticed that it was necessary to review the lines, making them more attractive for producers in terms of business, as well as less bureaucratic, considering the particularities of the producers and the organic production system.

**Keywords:** Organic Production. Family farming. PRONAF Verde. National Register of Organic Producers.

## 1 Introdução

A agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos empregos no campo caracteriza-se pela diversificação socioeconômica e pluriatividade (DEL GROSSI; MARQUES, 2010). Revelou também, nas últimas décadas ser de extrema importância nacional, especialmente quanto a sua colaboração para segurança alimentar, pela produção de grande parte dos alimentos presentes no prato do brasileiro, contribuição na redução do êxodo rural e empregabilidade no campo. Contudo, este segmento, pelo modelo de produção adotada no país, tem estado às margens do desenvolvimento, passando por dificuldades que ameaçam sua existência, especialmente quanto à viabilidade econômica e subsistência no campo.

Diante deste cenário, destaca-se a adoção da produção orgânica como importante alternativa para a agricultura familiar, pois, melhora as condições de renda, saúde e segurança alimentar dos agricultores familiares (ALMEIDA; TEIXEIRA, 2017). A lucratividade melhora significativamente devido ao maior valor agregado dos produtos certificados, o que ocorre sem grandes alterações no modo de produção. Por outro lado, algumas características desse sistema de produção podem dificultar sua adoção como o custo de adaptação de infraestrutura na conversão, dificuldades de manutenção durante o período de transição, custos de certificação e ausência de assistência técnica.

São crescentes as evidências de que a produção e o consumo de orgânicos estão em expansão no Brasil e no mundo (LOURENÇO; SCHNEIDER, 2022). Nesse cenário, de

acordo com o Relatório Anual da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), o Brasil desponta como o 12º país com as maiores áreas de produção orgânica, estima-se que a área total atual do país destinada à produção orgânica seja de 1.283.054 hectares (incluindo aquelas em conversão). Só nos últimos dez anos o aumento delas foi de 37,6%, garantindo a 9ª posição mundial entre os países com maior incremento (IFOAM, 2021).

Quanto à demanda, o Brasil desponta como o maior mercado de orgânicos da América Latina (IFOAM, 2021). Nesse sentido, os dados referentes ao consumo de orgânicos evidenciam um expressivo crescimento nos últimos anos. A Associação de Promoção dos Orgânicos aponta que o mercado de orgânicos quadruplicou suas vendas entre 2003 e 2017.

Historicamente o crédito rural tem sido o instrumento central da política agrícola para promover a produtividade e o aumento de renda no Brasil, contudo, quando se trata da agricultura familiar, as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são acessadas de maneira desigual, com a predominância da região sul, sendo que em algumas UF fora desta região o acesso é extremamente baixo.

Quando se analisa a adesão as linhas específicas para produção orgânica, as chamadas linhas “Verdes” (PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido e PRONAF ECO), a situação piora, além de diversos Estados sequer contratarem operações e outros com quantidades irrisórias frente ao número de produtores cadastrados no CNPO, o desembolso financeiro é insignificante em comparação aos indicadores da política de crédito nacional, bem como em relação às demais modalidades de financiamento do Pronaf voltadas à modernização da agricultura familiar (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2021).

Devendo-se enfatizar que o acesso às linhas de crédito específicas para produção orgânica é extremamente importante, pois permite que os produtores familiares possam aderir e manter-se competitivos no sistema de produção orgânico e obter os benefícios deste sistema.

Assim, considerando que o acesso ao crédito é benéfico, fomentador das atividades agropecuárias e essencial para o desenvolvimento das atividades produtivas, em especial na conversão e manutenção do sistema de produção orgânico, o que justificaria a não adesão dos produtores por linhas aparentemente adequadas e formuladas exclusivamente para este público?

Para buscar responder ao questionamento aqui apresentado, o objetivo geral deste estudo é analisar o processo de obtenção de crédito rural sob a ótica dos produtores rurais orgânicos, buscando identificar os motivos que justificariam a não adesão dos produtores por

linhas aparentemente adequadas e formuladas exclusivamente para estes, verificando a adequação das linhas de crédito, perfil de endividamento, dificuldades e facilitadores.

Nessa perspectiva, esta pesquisa aborda uma importante temática pela contribuição aos produtores e consumidores, pela necessidade econômica e de alimentos. O estudo dos motivos da não adesão ao crédito também agrega valor à produção técnico-científica sobre a temática crédito na produção orgânica, temática com escassa produção científica, não obstante sua importância.

Por tudo isso, bem como pela indiscutível importância social dos agricultores familiares e as perspectivas promissoras que a agricultura orgânica representa a estes, notadamente a melhoria da renda e saúde dos produtores, e, também, pelo potencial de ganhos econômicos, da saúde da população e de imagem para o agronegócio brasileiro, que o sistema orgânico de produção representa, é que esta pesquisa aborda uma importante temática e se justifica.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Benefícios da adoção da agricultura orgânica pelos agricultores familiares**

A agricultura familiar brasileira é referência em relação à empregabilidade no campo, geração de renda, abastecimento do mercado interno, preservação ambiental e a capacidade de produzir culturas diversificadas e produtos heterogêneos (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

Contudo, este segmento por questões históricas relacionadas ao modelo de produção adotada em nosso país tem estado às margens do desenvolvimento observado no campo, passando por dificuldades que ameaçam sua existência.

Neste cenário, destaca-se a adoção da produção orgânica como importante alternativa de produção para a agricultura familiar, possibilitando maiores ganhos, devido ao maior valor agregado dos produtos certificados, sem que ocorram grandes alterações no seu modo de produção, uma vez que os agricultores familiares já utilizam insumos próprios, adotam a policultura, desenvolvem suas atividades em pequenas propriedades e se utilizam do uso intenso de força física na produção.

Dentro dessa perspectiva, De Oliveira et al. (2019), assevera que os produtos orgânicos despontam como uma alternativa para oferecer um produto diferenciado e com um alto valor agregado, satisfazendo aos consumidores e gerando renda extra a quem o produz.

De fato, conforme afirmam Ayuya *et al.* (2015), os produtores certificados apresentam menor probabilidade de serem pobres multidimensionais em comparação com seu caso contra factual de não participar de esquemas de certificação orgânica.

Na esteira dessas constatações, Altenbuchner, Vogel e Larcher (2018) mostram que os agricultores lucram com a agricultura orgânica, principalmente devido ao melhoramento do solo, por meio de exposição reduzida a produtos químicos tóxicos e menores custos de insumos, o que por sua vez reduz o custo de produção e a dependência de agiotas e permite que os pequenos agricultores melhorem seus meios de subsistência.

Campanhola e Valarini (2001) apresentam cinco argumentos afirmando que a agricultura orgânica é uma opção viável para a inserção dos pequenos agricultores no mercado, o primeiro argumento está relacionado à escala de produção, ao contrário das commodities, os produtos orgânicos podem ser vendidos diretamente aos consumidores ou através de cooperativas. O segundo é que os produtos orgânicos apresentam características de nichos de mercado e, portanto, visam atender a um segmento restrito e seletivo de consumidores, que têm disposição para pagar um sobrepreço por esses produtos.

O terceiro refere-se à inserção dos pequenos agricultores nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos, mas para isso os produtores devem estar organizados em associações ou cooperativas. O quarto argumento diz respeito à oferta de produtos especializados que não despertam interesse dos grandes empreendedores agropecuários, podendo-se citar entre eles as hortaliças e as plantas medicinais, que historicamente são produzidos, sobretudo, por pequenos agricultores. E o quinto e último argumento é a diversificação da produção.

Por fim, Campanhola e Valarini (2001) também apresentam algumas vantagens da prática da agricultura orgânica pelo pequeno agricultor:

- a) É viável em pequenas áreas e permite produção em pequena escala;
- b) Favorece a diversificação produtiva no estabelecimento;
- c) Menor dependência de insumos externos;
- d) Eliminação do uso de agrotóxicos;
- e) Maior biodiversidade nos solos;
- f) Maior valor comercial do produto orgânico em relação ao convencional;
- g) Maior vida útil dos produtos no período pós-colheita; e
- h) Adoção mais fácil para os agricultores que ainda não utilizam as tecnologias da agricultura moderna.

## 2.2 Crédito para a agricultura familiar e orgânica

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – através do Decreto N°1946, que destinava crédito e amparava os produtores familiares. De acordo com Mattei (2005) o PRONAF possuía quatro diretrizes:

- a) financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos;
- c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para os agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) financiamento de pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Delgado (2012) salienta que o PRONAF é de fato um programa voltado para a agricultura familiar, pois seus recursos para custeio canalizam-se principalmente para os cultivos alimentares.

Segundo Fornazier e Vieira Filho (2013), as políticas públicas, principalmente o crédito, permitiram que muitos produtores tivessem a oportunidade de utilizar recursos mais modernos na agricultura. A mudança na base técnica aumenta a necessidade de inversão na agricultura e, assim, o crédito passa a ser essencial para o acesso às tecnologias mais modernas, porém, nem todos tiveram acesso a estes recursos.

Segundo o Banco Mundial (2008) as restrições financeiras continuam muito disseminadas na agricultura, são dispendiosas e distribuídas de forma desigual, limitando a capacidade de competir dos pequenos proprietários, elas decorrem da falta de garantias e da relutância em colocar os ativos em risco como garantia quando eles são vitais para a subsistência.

Visando incentivar o sistema de produção orgânico, que colabora não só para a saúde dos consumidores, mas também para a saúde dos produtores e trabalhadores rurais e o meio ambiente, foram criadas as linhas de crédito do chamado PRONAF Verde, que começaram a operar em 2003.

Essas modalidades especiais de financiamento (PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF Semiárido e PRONAF ECO) buscam melhorar o uso dos recursos naturais no meio rural, estimulando a adoção de práticas conservacionistas e alternativas

tecnológicas menos agressivas ao meio ambiente, visando acelerar o processo de transição das agriculturas convencional, tradicional e/ou moderna para a sustentável, com assistência técnica vinculada aos empréstimos as iniciativas que vêm sendo realizadas no âmbito das unidades familiares de produção (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010).

Porém, a criação das chamadas linhas “Verdes” não foi suficiente para alavancar a contratação de projetos de crédito do Pronaf para financiar sistemas de produção agroecológicos. A linha Pronaf Agroecologia, por exemplo, foi muito pouco acessada (SAMBUICHI et al., 2018).

### 2.3 Acesso dos produtores ao Pronaf linhas “Verdes”

Gazolla e Schneider (2013) destacam que demanda e o desempenho nas contratações do PRONAF linhas “Verdes” são insignificantes quando consideram-se os recursos disponibilizados e o acesso às demais linhas do PRONAF.

Ao se analisar os dados do Banco Central, durante a série histórica disponibilizada (2015 a 2022), é possível observar Estados com baixíssimo número de contratações, e, alguns sem nenhuma operação contratada, como o Distrito Federal e Roraima, a despeito de possuírem volume considerável de produtores orgânicos (Distrito Federal possui 261 e Roraima 41) cadastrados junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

A Tabela 1 apresenta dados do Bacen sobre a evolução da contratação de operações de PRONAF Verde nos últimos 6 anos, chama a atenção que a quantidade de operações vem diminuindo desde 2018, na contramão do observado nas linhas de crédito para produção convencional.

Tabela 1 – Evolução no volume e valor de operações contratadas de PRONAF Linhas “Verde”.

Ano	Quantidade	Valor (R\$)
2016	419	131.838.434,40
2017	603	209.953.026,70
2018	748	312.566.022,10
2019	704	412.884.578,00
2020	709	384.905.637,30
2021	619	449.231.781,10

Fonte: Adaptado de BACEN (2022).

Cabe ressaltar ainda, conforme Tabela 2, que quando estratificamos as operações contratadas desde o início da série histórica por linha de crédito, observamos que a linha com maior valor contratado é a linha PRONAF Semiárido, que não beneficia exclusivamente operações agroecológicas (não é considerada exclusivamente “Verde”), ou seja, não necessariamente produtores orgânicos e/ou agroecológicos acessaram a linha. Também, observa-se que a linha menos acessada é a PRONAF Agroecologia com apenas 437 operações contratadas perfazendo um total de e R\$ 39,6 Milhões desde 2015 até 2022 (série histórica disponibilizada pelo Bacen), valor que representa menos de 2% do valor contratado nas quatro linhas.

Tabela 2 – Operações de PRONAF Linhas “Verde” estratificadas por linha.

<b>Linhas PRONAF</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Contratado (R\$)</b>
Semiárido	1.491	953.903.424,80
Eco	1.678	792.896.680,40
Floresta	620	332.488.731,80
Agroecologia	437	39.610.919,45
<b>Total</b>	<b>4.226</b>	<b>2.118.899.756,45</b>

Fonte: Adaptado de BACEN (2022).

Buscando explicar a baixa demanda e o desempenho insignificante do PRONAF Verde, Gazolla e Schneider (2013) destacam: a falta de conhecimento dos agricultores e divulgação sobre as linhas, a falta de assistência técnica adequada para elaborar os projetos de base ecológica, os custos elevados do processo de certificação orgânica por auditoria exigidos e as dificuldades burocráticas de acesso ao crédito junto aos bancos.

Os entraves relacionados ao acesso crédito passavam pela formatação inadequada das planilhas de apresentação dos projetos, falta da definição de metas de aplicação, carência de pessoal, desconhecimento das linhas de crédito verde por parte dos funcionários e/ou sua resistência em financiar projetos agroambientais que não eram prioritários nas agências (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2020).

Importante destacar que dos 10 itens destacados por Campanhola e Valarini (2001) como dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares orgânicos, o acesso ao crédito rural tem o potencial de resolver ao menos 4 deles, como o custo de adaptação de infraestrutura na conversão, dificuldades de manutenção durante o período de transição, custos de certificação e ausência de assistência técnica.

### 3 Método

Esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva e integra as abordagens quantitativa e qualitativa. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória busca familiarizar-se com um assunto pouco conhecido ou explorado, e a pesquisa descritiva, por sua vez, tem por objetivo descrever criteriosamente os fatos e os fenômenos de determinada realidade, de forma a obter informações a respeito daquilo que já se definiu como problema a ser investigado (Triviños, 2008).

#### 3.1 Identificação e seleção dos produtores para aplicação do instrumento de avaliação sobre crédito rural

Foram selecionados 2.325 produtores orgânicos brasileiros de um total de 26.840 produtores cadastrados junto ao cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que possuíam no campo “Contato” da planilha, o número de telefone celular cadastrado (possibilitando assim o envio dos questionários via aplicativo *WhatsApp*), que não estavam duplicados, e que não se cadastraram como extrativistas ou processadores, conforme os filtros especificados abaixo:

- Filtro 1 – Retirada de produtores de outros países, total restante: 25.468.
- Filtro 2 – Retirada de processadores, agroindústria e extrativistas, total restante: 14.199.
- Filtro 3 - Retirada dos produtores com contatos e vazios na lista, total restante: 5.349.
- Filtro 4 – Retirada dos produtores que não possuem somente celular nos contatos, restante: 2.712.
- Filtro 5 – Retirada dos produtores que não possuem WhatsApp, total restante: 2.325.

Resumindo, do total de 26.840 produtores cadastrados no CNPO, 12.641 foram eliminados pelas características ou localização de sua produção, e 11.487 produtores foram eliminados pelas deficiências relativas ao processo de registro e disponibilização das informações junto ao site do MAPA.

O Estado com maior número de respondentes foi o Paraná, seguido pelo Rio Grande do Sul e Bahia, para os produtores de 8 estados (AC, AL, AP, MA, MS, PA, RR e TO) não foram encaminhados convites, e, apenas dois que tiveram produtores convidados não tiveram respondentes.

### **3.2 Instrumento**

Para a coleta de dados foi desenvolvido um questionário eletrônico, na plataforma *Google Forms*, com base no instrumento utilizado por Sales (2020). O convite para participação na pesquisa e o questionário foram encaminhados aos produtores selecionados, via aplicativo *WhatsApp*.

O instrumento final ficou composto de 31 itens, relacionados aos seguintes conteúdos: i) fontes de recursos financeiros utilizados na produção; ii) tentativa ou não de acessar crédito rural, iii) grau de esforço para conseguir o crédito, os motivos que levaram os produtores a optar por demais linhas de crédito rural e não pelas linhas específicas para produção orgânica; iv) possíveis entraves e/ou facilitadores para o acesso ao crédito; e, v) dificuldades na adoção da produção orgânica.

A escolha das variáveis constantes no instrumento foi realizada com base em indicadores apontados na literatura aqui examinada, nas informações levantadas acerca do processo de obtenção de crédito rural para os produtores orgânicos, nas características indispensáveis para o pleno desenvolvimento das atividades de produção orgânica e nas hipóteses e objetivos estabelecidos para a pesquisa.

### **3.2 Análise de dados**

O tratamento e análise dos dados foram realizados por meio de análises estatísticas descritivas e de conteúdo. Para tanto, foram calculadas medidas de tendência central (média), dispersão (desvio-padrão) e coeficiente de variação.

Quanto à análise de conteúdo, as respostas obtidas foram organizadas, analisadas e agrupadas em categorias temáticas por meio de procedimentos sistemáticos, conforme recomendações de Bardin (2011) e Rocha et al. (2011).

Visando verificar se a frequência absoluta observada de uma variável categórica é significativamente diferente da distribuição de frequência absoluta esperada foi aplicado o teste não paramétrico de Qui-quadrado, o qual possibilitou avaliar quantitativamente a relação entre o resultado observado no estudo e a sua distribuição esperada para o fenômeno. Todas as análises estatísticas foram realizadas com o auxílio dos softwares Microsoft *Excel* versão 2010 e *Programa R*, versão 4.1.2, Development Core Team (2009).

### **3.4 Análise das hipóteses estabelecidas para o estudo**

Com a finalidade de analisar os motivos que podem explicar o baixo acesso ao crédito por parte dos produtores orgânicos nas linhas “Verdes”, foram incluídas e selecionadas para análise estatística e de conteúdo as questões: 24 “O Senhor(a) já tentou acessar ou contratou operação de crédito rural oficial?”, 26 “Quais foram os motivos que levaram o (a) senhor (a) a optar por demais linhas de crédito rural e não pelas linhas específicas para financiamento da produção orgânica?” e 27 “Quais foram os motivos que impediram ou levaram ao senhor (a) a nem tentar conseguir o crédito rural para sua produção?”.

Também foram especificadas três hipóteses: (H1) relacionada a motivos pessoais, como ser capitalizado ou temer endividar-se; (H2) relacionada às características das linhas de crédito, como não considerar o perfil dos produtores, as taxas, os prazos e carências; e (H3) relacionada às dificuldades inerentes ao processo de obtenção do crédito, como o desconhecimento das linhas, dos documentos necessários, a falta de assistência técnica especializada para elaboração dos projetos, entre outras.

Na análise de conteúdo das questões 24, 26 e 27, pertencentes ao bloco que focalizou as questões financeiras e de acesso ao crédito, foi utilizado o programa NVIVO. O corpus textual foi constituído por um texto que constava de 743 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), dentre as quais 80,8% foram descartadas ou agrupadas por terem sido computadas apenas uma vez no texto, apresentarem menos de três letras ou por similaridade.

A análise pela nuvem de palavras do NVIVO apresenta uma estrutura visual com palavras de tamanhos diferentes, de acordo com a frequência de cada uma delas no contexto dos discursos dos entrevistados.

## **4 Resultados e Discussão**

### **4.1 Dados demográficos, caracterização do perfil das propriedades, distribuição nos Estados e percepção dos produtores quanto à atividade de produção orgânica**

Quanto aos dados demográficos, foi possível verificar a predominância de respondentes do sexo masculino (70%). No que se refere à idade, observou-se que a maior parte dos produtores pesquisados apresenta idade acima dos 40 anos (68%), e com relação à escolaridade, 46,5% possuem graduação ou pós-graduação completa, o que diverge dos dados encontrados no Censo 2017. Ainda, no que diz respeito ao estado civil, 78,9% são casados ou amasiados, e a principal renda auferida antes de iniciar a produção neste estabelecimento era de Agricultor para 29,6%.

No que tange à renda mensal familiar vinda de atividades agrícolas e pecuárias no estabelecimento, 54,4% dos respondentes auferem acima de 1 até 4 salários mínimos, já a renda mensal familiar vinda de atividades não-agrícolas, como trabalhos eventuais, trabalho assalariado, artesanato e pequenas atividades agroindustriais como confecção de doces, embutidos e conservas, 33,5% afirmam não possuir e outros 32% auferem renda acima de 1 até 4 salários mínimos, a média de pessoas que vivem dessas rendas familiares é de aproximadamente 4 pessoas por família.

Por fim, quanto à receita bruta anual da propriedade (RBA), a maioria dos respondentes informou possuir receita de até R\$50 mil (56%), e, apenas 8% possuir renda acima de R\$500 mil, percentuais muito próximos aos encontrados quando consideramos somente a produção orgânica (questão 6), reforçando a possibilidade de enquadramento no PRONAF de 92% dos respondentes, considerando o pré-requisito Receita Bruta do estabelecimento.

No que se refere às áreas das propriedades, conforme demonstrado na Tabela 3, a seguir, 70% das mesmas possuem menos de 20 hectares (ha), havendo maior predominância

daquelas com 2-5ha, com 36% das propriedades, resultado esse significativo conforme o teste estatístico qui-quadrado.

Tabela 3 – Caracterização da relação tamanho da área e atividade em orgânicos das unidades produtivas.

<b>Tamanho (ha)</b>	<b>Área Média (ha)</b>	<b>Número de Propriedades</b>	<b>Área Média Orgânica (ha)</b>	<b>Percentual Orgânico (Média)</b>
Até 2	1,4	26	0,98	70%
De 2,1 à 5	3,4	36	2,08	61%
De 5,01 à 10	7,72	35	3,857	50%
De 10,01 à 20	14,47	32	7,45	51%
De 20,01 à 40	29,01	28	9,85	34%
Acima de 40	161,45	35	50,76	31%
<b>Total</b>		<b>192</b>		

(\*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Dessa forma é possível constatar que, de maneira geral essa realidade é similar aos resultados do censo agropecuário (IBGE, 2017b), em que foi apontada a predominância de pequenas propriedades agropecuárias no Brasil, com áreas que variam de 0 a 10ha, demonstrando ser uma característica também das unidades de produção orgânica. Observa-se ainda, que apesar das pequenas áreas, os agricultores destinam a maior parte das propriedades, exclusivamente, para a produção orgânica, conforme observado na faixa de área de até 2 hectares, onde o percentual médio da área de produção orgânica é de 70%.

Possivelmente, isso ocorre em função da legislação de produção orgânica (BRASIL, 2021) que determina que após 5 anos os produtores que ainda têm áreas em sistema convencional com produção paralela são obrigados a converter toda a propriedade para produção orgânica.

As características apresentadas acima enquadrariam praticamente todas as propriedades produtivas dentro do PRONAF, considerando que um dos pré-requisitos para enquadramento é não explorar área maior que 4 módulos fiscais, que no Brasil, segundo a Lei nº 8.629/1993, representa entre 20 e 440 hectares, já que um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares.

Assim, considerando que 70% das propriedades possuem até 20 hectares, estas estariam enquadradas automaticamente, já grande parte das outras propriedades, dependendo

do município de localização, poderiam também estar enquadradas no PRONAF, validando como certa a decisão de disponibilizar o maior número de Linhas de Crédito para produção orgânica dentro do PRONAF, visto as características das propriedades.

Quanto a localização das propriedades, os Estados com maior número de respondentes foram os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com 48, 34, 32, 29, 16 e 15 respondentes respectivamente, tendo em média 3 pessoas envolvidas nas atividades de produção orgânica por propriedade.

No que se refere à produção orgânica existente nas propriedades, conforme demonstrado na Tabela 4, a seguir, tem-se uma predominância de frutas, hortaliças e mandioca, presentes em mais de 50% das propriedades, chama a atenção quanto a ausência do café, bem como o fato da soja estar em último lugar entre os 10 produtos mais cultivados, o que contrasta com informações do MAPA (2021) que destaca estes produtos entre os principais produtos orgânicos cultivados no Brasil.

Tabela 4 – Produtos orgânicos produzidos nas unidades produtivas.

<b>Produção Orgânica</b>	<b>Quantidade de Produtores</b>	<b>Participação (%)</b>
Frutas	161	19%
Hortaliças	147	18%
Mandioca	125	15%
Milho	108	13%
Feijão	106	13%
Outros	80	10%
Mel	38	5%
Ovos	32	4%
Leite	23	3%
Soja	13	2%
<b>Total</b>	<b>833</b>	<b>100%</b>

(\*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Tal contraste pode estar relacionado com o volume da produção, aspecto não abordado na questão em tela, ou pelo fato de que o respondente podia marcar vários itens, independente da área produzida ou serem as principais produções. Em suma, a produção orgânica de frutas, hortaliças e de mandioca estão presentes na maioria das propriedades independente de sua área ou volume de produção.

Quanto à quantidade de produtos orgânicos produzidos por propriedade, ou seja, a diversificação da produção, a maioria dos respondentes informou possuir produção variada ou muito variada, o que reforça os dados obtidos na tabela anterior, onde a média de produtos produzidos por respondente ficou acima de 4 produtos.

No que diz respeito à receita bruta anual, apenas 4% dos respondentes superaram os R\$500 mil que é o teto para enquadramento no PRONAF, com predominância (63%) das propriedades com receitas até R\$50 mil. Embora a planilha disponibilizada pelo MAPA não apresente a informação sobre quais produtores são beneficiários do PRONAF, subentende-se que a maioria dos respondentes o seja, haja vista os resultados obtidos, não obstante haver outros pré-requisitos para enquadramento.

Os resultados obtidos também corroboram com o entendimento de que as características da produção orgânica, como a utilização de insumos próprios, policultura, a possibilidade de produção em pequenas propriedades e o uso intenso de força física na produção, se encaixam perfeitamente no modo de produção do agricultor familiar convencional. Também, válida como certa a decisão de disponibilizar o maior número de Linhas de Crédito para produção orgânica dentro do PRONAF, visto as características dos produtores.

No que tange ao processo de desenvolvimento de novas técnicas de plantio, de manejo ou de fabricação nas propriedades, quando perguntados, 67% dos respondentes afirmaram terem desenvolvido tais processos em suas propriedades, reforçando assim o entendimento de que o produtor orgânico possui afinidade em adotar novas técnicas em sua produção.

Observa-se na Tabela 3, a seguir, que no desenvolvimento das novas técnicas as associações de produtores e as Emater foram as organizações que mais apoiaram os produtores, sendo relatadas por 89 produtores no total, já e os fornecedores de insumos e as universidades foram os menos que menos apoiaram, sendo informados por apenas 22 produtores.

Tabela 5 – Organizações que apoiaram o desenvolvimento de novas técnicas nas unidades produtivas.

<b>Organização</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Associação de Produtores	49	17%
EMATER	40	14%
Outros	30	10%
SENAR	26	9%
Nenhum	27	9%

Cooperativa	23	8%
Produtores vizinhos	24	8%
EMBRAPA	16	6%
Secretaria de Agricultura	16	6%
Assistências técnicas privadas	16	6%
Universidade	13	4%
Fornecedores de insumos	9	3%
<b>Total</b>	<b>289</b>	<b>100%</b>

(\*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Percebe-se ainda, pelo baixo percentual (apenas 9%) dos que não receberam nenhum apoio, que existe significativo apoio (91%) por parte das organizações aos produtores orgânicos quando do desenvolvimento de novas técnicas nas unidades produtivas.

Quanto às dificuldades na adoção da produção orgânica nas propriedades, embora contem com o apoio de diversas organizações e detenham linhas de crédito específicas para o financiamento da produção orgânica, conforme evidenciado na Tabela 6, a seguir, a dificuldade mais citada se refere à falta de financiamento, sendo elegida por 29% dos respondentes.

Tabela 6 – Principais dificuldades na adoção do sistema orgânico de produção.

<b>Variável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Maior dificuldade é a falta de financiamento	59	29%
Maior dificuldade é a incerteza na comercialização	34	17%
Maior dificuldade é a falta de assistência técnica especializada	29	14%
Maior dificuldade é a falta de treinamento e Capacitação para condução deste tipo de produção	21	10%
Maior dificuldade é o desconhecimento sobre os sistemas e normas	12	6%
Maior dificuldade é o prazo de conversão para o Sistema	5	3%
Maior dificuldade é o custo de conversão	5	3%
Outros	37	18%
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>100%</b>

(\*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Destaca-se que, a maioria das linhas de crédito específicas para a produção orgânica exigem o acompanhamento técnico, tanto na elaboração do projeto quanto para acompanhamento das atividades, ou seja, são créditos produtivos orientados, fazendo com que o produtor receba orientação técnica ao acessá-las, e, sua baixa adesão explica a falta de assistência técnica e falta de treinamento e capacitação representarem somados a maior dificuldade para 24% dos respondentes.

Ainda, o prazo e o custo de conversão, apontados por estudos de Campanhola e Valarini (2001) como dificuldades relevantes para a adoção do sistema orgânico de produção, foram citados por eleitos por apenas 3% dos respondentes cada um, figurando em último e antepenúltimo lugares na tabela.

A concordância ou não dos produtores acerca de importantes afirmações sobre as principais características exclusivas da agricultura orgânica, como, por exemplo, a diminuição da dependência de insumos externos, o aumento da renda do produtor, os custos de produção, inovação e adesão às novas técnicas, a comercialização e os impactos sócio ambientais, podem ser observados Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Afirmações acerca das características da produção orgânica.

Questões	Nota Média	Desvio-Padrão
18a – A produção orgânica diminui a dependência do produtor em relação aos insumos comprados.	7,57	1,86
18b – A produção orgânica aumenta a renda do produtor.	7,52	1,86
18c – A produção orgânica diminui os custos de produção ao permitir uma maior utilização dos recursos que estão na propriedade.	7,31	2,22
18d – A produção orgânica dá mais espaço para o produtor criar coisas novas (novas técnicas de plantio e de manejo).	8,20	1,66
18e – A produção orgânica diminui a dependência do produtor no momento de comercializar a sua produção porque ele não fica sob o controle de uma única empresa agroindustrial.	7,12	2,22
18f – A produção orgânica fornece mais flexibilidade para o produtor usar os recursos da propriedade.	8,15	1,68
18g – As condições de trabalho com a produção orgânica são menos prejudiciais à saúde do produtor.	9,63	0,59
18h – A produção orgânica ajuda a manter a fertilidade do solo da propriedade.	9,66	0,57
18i – A produção orgânica reduz os impactos ambientais (água, solo, florestas etc.).	9,71	0,48
18j – A Assistência técnica pública é muito importante	8,24	1,93

para a produção orgânica.

18k – Ações que auxiliam na comercialização dos produtos (feiras, cooperativas, compras institucionais, <i>marketing</i> ) são fundamentais no desenvolvimento da cadeia de produção orgânica.	9,10	1,17
--	------	------

Onde: '1' indica 'Discordo Fortemente' e '10' indica 'Concordo fortemente'.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Nota-se que as maiores notas foram atribuídas às características relacionadas à saúde do produtor, diminuição dos impactos ambientais e a importância das ações que auxiliam na comercialização dos produtos (Feiras, Cooperativas, Compras Institucionais, Marketing).

## 4.2 Capital social, aprendizado e arranjos institucionais

Segundo o Banco Mundial (2008), a ação coletiva das organizações de produtores pode reduzir os custos das transações nos mercados, ter maior representação nos fóruns de políticas nacionais e internacionais e conseguir algum peso no mercado, sendo essenciais para os pequenos proprietários alcançarem competitividade.

Diante desta realidade, o capital social se destaca como peça-chave ao bom funcionamento de tais ações coletivas, especialmente quando se consideram as características do sistema de produção orgânica, especialmente no tocante as OCS (DAROLT et al., 2016). Nesse sentido, de acordo com a Tabela 8, a seguir, a percepção dos produtores em relação ao capital social apresenta boas médias, estando todas acima da nota 7, todas com um baixo desvio padrão (com exceção da questão 20e), o que revela homogeneidade nas respostas, demonstrando dessa maneira ser um consenso para todos os produtores.

Tabela 8 – Percepção do capital social nas propriedades produtivas.

Questões	Nota Média	Desvio-Padrão
20a – Confio pessoalmente nas pessoas com as quais tenho contato na realização de atividades de colaboração.	8,69	1,37
20b – Mantenho relações pessoais próximas com os membros das organizações parceiras.	8,29	1,57
20c – Boa parte de nossa comunicação é feita em encontros informais e em reuniões.	8,39	1,61
20d – Tenho grandes expectativas de que estas relações sejam duradouras.	8,67	1,41
20e – Modifiquei formas de produzir na minha propriedade em	6,89	2,52

função de projetos desenvolvidos por intermédio de uma organização com a qual tenho uma relação de colaboração.

20f – A comunicação do que queremos é facilitada porque conseguimos falar a mesma linguagem.	8,00	1,60
20g – A solução de problemas junto com nossos parceiros é fundamental para o sucesso de nossa parceria.	8,78	1,29
20h – A solução de problemas de forma compartilhada é facilitada quando existem experiências semelhantes de ambas as partes.	9,04	1,03
20i – Partilhamos a mesma visão de agricultura e melhoria das condições da produção que os nossos parceiros.	8,69	1,28

Onde: '1' indica 'Discordo Fortemente' e '10' indica 'Concordo fortemente'.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Embora os resultados apresentados na Tabela 8 evidenciem dados favoráveis a um bom relacionamento social entre os produtores, verifica-se certa dificuldade quanto ao fator aprendizado, conforme demonstrado na Tabela 9, a seguir, que possui apenas os produtores de outras localidades, a associação de produtores e a *internet* com notas acima de 7, e apenas a *internet* e produtores de outras localidades com baixo desvio-padrão, o que demonstra uma heterogeneidade nas respostas.

Tabela 9 – Fontes de informações para melhorar e diversificar a produção.

Questões	Nota Média	Desvio-Padrão
21a – Informações dos produtores vizinhos.	6,55	2,47
21b – Informações de produtores amigos de outras localidades.	7,90	1,60
21c – Informações da Cooperativa.	6,05	3,12
21d – Informações da <i>internet</i> .	7,64	1,74
21e – Informações da EMATER.	5,00	2,87
21f – Informações da EMBRAPA.	5,13	3,01
21g – Informações da associação de produtores orgânicos.	7,61	2,37
21h – Informações da universidade.	4,93	2,88
21i – Informações de ONG.	4,27	2,93

Onde: '1' indica 'Discordo Fortemente' e '10' indica 'Concordo fortemente'.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

### 4.3 Linhas, políticas públicas e organizações de apoio à obtenção de crédito oficial

A importância das políticas públicas para a agricultura familiar se tornou um dos temas mais debatidos na literatura brasileira e analisar o acesso destes produtores a estas políticas é de suma importância. Essa relação foi alavancada principalmente em decorrência do ideário produtivo inserido nas décadas de 60 e 70, que contribuiu para uma classe de agricultores familiares fragilizada e o aumento da disparidade com os grandes produtores Mattei (2014).

Conforme demonstra a Tabela 10, a maioria dos respondentes (65%) desenvolve suas atividades com recursos próprios, sendo esse dado significativo de acordo com o teste de qui-quadrado, o resultado evidencia a falta de acesso ao crédito rural, indispensável para a realização de investimentos produtivos e estruturais nas propriedades, por parte dos produtores orgânicos.

Tabela 10 – Fontes de recursos financeiros utilizados na produção.

Variável	Quantidade	Percentual (%)
Recursos próprios	132	65,0%
Crédito rural em bancos públicos	22	10,8%
Crédito rural em bancos privados e cooperativas de crédito	14	6,9%
Crédito bancário não relacionado com crédito rural (CDC, Cartão, Cheque Especial)	9	4,4%
Parentes e amigos	8	3,9%
Crédito e/ou insumos em cooperativas de produtores	6	3,1%
Crédito rural em instituições públicas e privadas	2	1,0%
Agiotas	1	0,5%
Linhas de fomento Estadual (ex. PROSPERA)	1	0,5%
PRONAF	1	0,5%
Outros	7	3,4%
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>100%</b>

(\*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

O resultado condiz com o observado em outros estudos, especialmente quanto a baixa demanda e o desempenho insignificante do PRONAF Verde (Gazolla e Schneider, 2013), visto que apenas um respondente informou utilizar recursos do PRONAF para desenvolver suas atividades. Visando analisar os motivos que levaram a baixa adesão dos produtores as linhas de crédito rural destinadas à produção orgânica, eles foram convidados a responder se tentaram acessar, pretendem acessar, tentaram, mas não conseguiram e se conseguiram acessar operações rurais nas linhas orgânicas e convencionais.

Conforme evidencia a Tabela 11, a seguir, apenas 9% dos produtores contrataram operações rurais nas linhas para orgânicos, outros 25% possuem operações em outras linhas convencionais, e, 42% nem tentaram obter créditos rurais, destes, 17% pretendem obter e 25% não, sendo esse dado significativo de acordo com o teste de qui-quadrado.

Tabela 11 – Informações sobre contratação ou tentativa de contratação de operação de crédito rural.

<b>Variável</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual (%)</b>
Tenho operação rural contratada (Linhas Orgânicos)	17	9%
Tenho operação rural contratada (Demais Linhas)	48	25%
Tentei, mas não consegui (Linhas Orgânicos)	30	15%
Tentei, mas não consegui (Demais Linhas)	18	9%
Nem tentei	49	25%
Nem tentei, mas pretendo tentar	33	17%
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>100%</b>

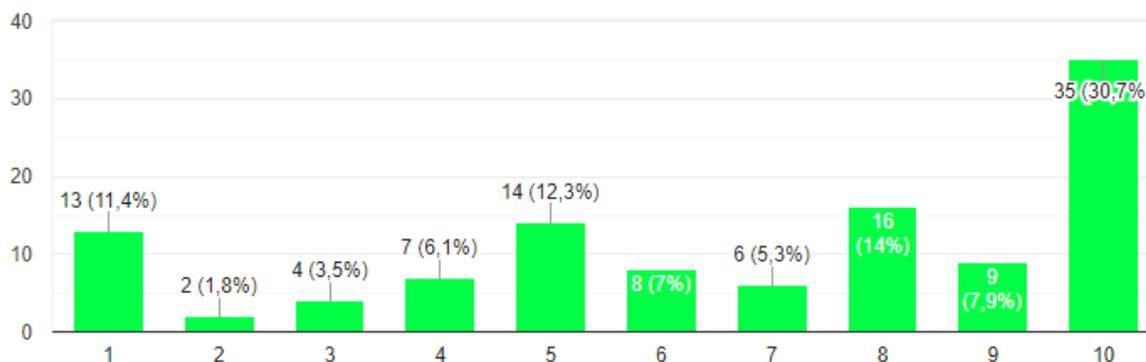
(\*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Investigar o que levaria 42% dos respondentes a nem tentar contratar operações de crédito rural é um dos objetivos desta pesquisa, especialmente quando 29% afirmam terem como principal dificuldade para adoção do sistema de produção orgânica a falta de crédito.

Quanto ao grau de esforço realizado para conseguir contratar operação de crédito rural, os resultados constantes do Gráfico 1, a seguir, apresentam alto grau de esforço pela maioria dos respondentes, com mais de 50% indicando esforço acima de 7.

Gráfico 1 – Grau de esforço realizado para conseguir contratar operação de crédito rural



Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

O resultado apresentado corrobora com as dificuldades inerentes ao processo de obtenção de crédito, apontadas por Aquino, Gazolla e Schneider (2020), como formatação inadequada das planilhas de apresentação dos projetos, falta da definição de metas de aplicação, carência de pessoal, desconhecimento das linhas de crédito verde por parte dos funcionários e/ou sua resistência em financiar projetos agroambientais que não eram prioritários nas agências etc.

Quanto aos motivos que levaram os produtores a optar por demais linhas de crédito rural e não pelas linhas específicas para financiamento da produção orgânica, conforme observado na Tabela 12, a seguir, os mais citados foram o desconhecimento das linhas (36%), a burocracia ali existente (18%) e a falta de assistência técnica para fazer a proposta (16%), sendo esses dados significativos de acordo com o teste de qui-quadrado.

Tabela 12 – Motivos que levaram os produtores a optar por demais linhas de crédito rural em detrimento as linhas específicas para financiamento da produção orgânica.

Variável	Quantidade	Percentual (%)
Desconhecia as linhas	37	36%
Achei as linhas pouco atrativas	6	6%
Achei mais burocráticas	19	18%
Mudei de linha por indicação da Assistência Técnica	1	1%
Mudei de linha por indicação do Banco	4	4%
Não encontrei assistência técnica para fazer a proposta	17	16%
Contratei/Tentei em “Linhas Orgânicas”	6	6%
Outra	14	13%
Total	104	100%

(\*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.  
Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Os resultados, com exceção dos custos elevados, vão de encontro aos apresentados por encontrados por Gazolla e Schneider (2013), que buscando explicar a baixa demanda e o desempenho insignificante do PRONAF Verde, destacaram: a falta de conhecimento dos agricultores e divulgação sobre as linhas, a falta de assistência técnica adequada para elaborar os projetos de base ecológica, os custos elevados do processo de certificação orgânica por auditoria exigidos e as dificuldades burocráticas de acesso ao crédito junto aos bancos.

Os produtores que responderam não terem tentado acessar as linhas de crédito foram convidados a responder sobre os motivos que os levaram a esta atitude, a fim de gerarem insumos que permitissem analisar a pertinência da Hipótese 1, e, embora na questão número 24, apenas 49 respondentes informaram não terem tentado contratar crédito rural, 162 responderam à questão. Assim, decidiu-se por apresentar na Tabela 13, que se segue, todo o público respondente.

Tabela 13 – Motivos que impediram ou levaram os produtores a nem tentar conseguir o crédito rural para a produção.

Variável	Quantidade	Percentual (%)
Não preciso de financiamento sou capitalizado	22	13,5%
Ausência de assistência na elaboração da proposta	22	13,5%
Outros	21	13,0%
Não sei por onde começar (o processo é confuso)	16	10,0%
Não tenho documentos necessários (licença, outorga d'água, CAR, DAP)	16	10,0%
Tenho restrições	14	8,5%
Demora	14	8,5%
Tentei/Consegui contratar	11	7,0%
Valor disponibilizado não atende minhas necessidades	10	6,0%
Não tenho garantias	8	5,0%
Tenho operações rurais em atraso	4	2,5%
Questão fundiária, minha terra não é legalizada	4	2,5%
Total	162	100%

(\*) Significativo pelo teste de qui-quadrado ao nível de probabilidade de 5%.

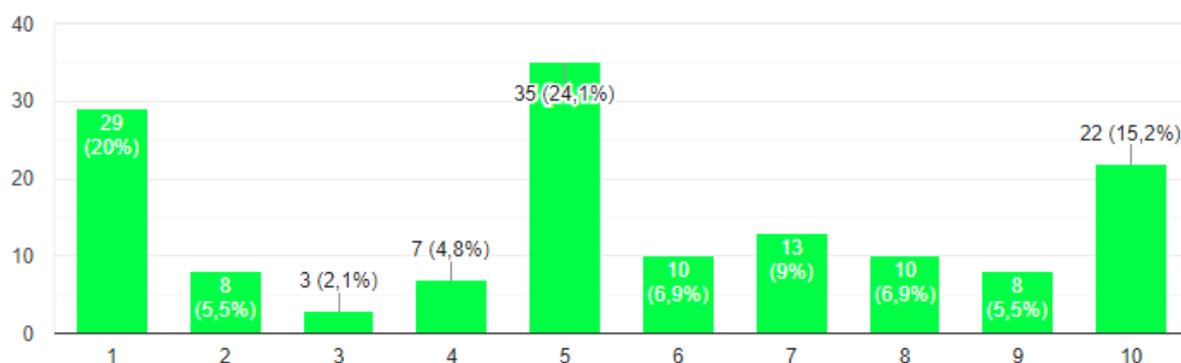
Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Ao analisar os resultados apresentados, percebeu-se uma grande variedade de motivos, com respostas bastante diversificadas, sendo ser capitalizado e ausência de assistência técnica os principais motivos que levaram os respondentes a nem tentar, porém, ambos com um

percentual baixo, ambos com 13,5%. por outro lado, a questão fundiária (2,5%), a ocorrência de operações rurais em atraso (2,5%) e a falta de garantias (5%) figuraram entre as menos citadas pelos respondentes, sendo esses dados significativos de acordo com o teste de qui-quadrado.

No Gráfico 2, a seguir, tem-se a percepção dos produtores sobre o quanto as linhas de crédito específicas para produção orgânica são adequadas para fomentar sua produção orgânica.

Gráfico 2 – Grau de adequação das linhas de crédito específicas para produção orgânica para fomentar a produção.



Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Embora 20% dos respondentes tenham dado nota 1 (que classifica como inadequadas as linhas), cerca de 70% dos respondentes atribuíram nota igual ou maior que 5, o que foi considerado como positivo e indicativo de que as linhas são adequadas para fomentar a produção orgânica. Este resultado está alinhado com os resultados encontrados na seção 4.2.1 sobre as áreas das propriedades, atividades de produção desenvolvidas e renda, onde a maioria dos respondentes estariam enquadrados no PRONAF, e, a maior parte das linhas para produção orgânica são destinadas a agricultores familiares.

A Tabela 14, a seguir, apresenta a avaliação da atuação das organizações Assistência Técnica Pública (ATER), as Assistências Técnicas Privadas, às Instituições Financeiras e as de Instituições, Organizações e Órgãos Públicos (Seagri, SFA, etc.) de apoio à agricultura orgânica quanto à atuação no apoio a obtenção de crédito oficial por parte dos produtores.

Tabela 14 – Avaliação da atuação das entidades no apoio na obtenção de crédito oficial

Questões	Avaliação					
	Ótima	Boa	Regular	Ruim	Péssima	Não Existem
30. Como o senhor(a) avalia a atuação da Assistência Técnica Pública (ATER) em relação ao apoio na obtenção de crédito oficial?	4,49%	21,91%	30,90%	25,28%	17,42%	-
31. Como o senhor(a) avalia a atuação das Assistências Técnicas Privadas em sua localidade?	8,94%	24,39%	40,65%	13,01%	13,01%	35,26%
32. Como o senhor(a) avalia a atuação das Instituições Financeiras no tocante ao Crédito Rural em sua localidade?	5,26%	17,37%	38,42%	21,58%	17,37%	-
33. Como o senhor(a) avalia a atuação de instituições, organizações, órgãos públicos (Seagri, SFA, etc.) de apoio à agricultura orgânica no tocante à divulgação e/ou apoio na contratação de operações de crédito rural oficial?	3,35%	11,17%	44,69%	-	40,78%	-

Fonte: Dados da pesquisa com produtores orgânicos do CNPO.

Ao analisar os dados apresentados, observou-se que as Assistências Técnicas Públicas (ATER) foram as mais mal avaliadas pelos produtores, com 42% de avaliações ruins ou péssimas, seguida pelas instituições, organizações, órgãos públicos (Seagri, SFA, etc.) de apoio à agricultura orgânica, com 40% de indicações ruins ou péssimas; as melhores avaliadas foram as Assistências Técnicas Privadas com 73% de avaliações entre ótima, boa e regular, seguido das Instituições Financeiras com 65%.

Os dados chamam atenção quanto à falta de assistências técnicas privadas, ou falta de conhecimento destas por parte de 35% dos produtores, número bastante significativo, especialmente considerando o importante papel desempenhado por estas no processo de concessão de crédito rural pelas instituições financeiras, bem como o fato de terem sido as mais bem avaliadas entre as entidades pesquisadas.

#### 4.4 Análise qualitativa das hipóteses

Para analisar os motivos associados a não adesão dos produtores pelas linhas de crédito específicas para produção orgânica, as respostas das questões 26 e 27 foram consideradas mais relevantes e categorizadas, conforme as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1: os produtores orgânicos não buscam crédito para o desenvolvimento de suas atividades devido ao receio de endividarem-se, serem capitalizados, não acreditar no sistema de crédito e outras características pessoais.
- Hipótese 2: os produtores orgânicos não buscam crédito para o desenvolvimento de suas atividades devido às características das linhas disponíveis, que, embora exclusivas e customizadas, não são adequadas à produção orgânica, uma vez que não consideram o perfil dos produtores (renda não agropecuária), as condições das linhas (taxas, prazo e carência), características da produção (custos, mão de obra utilizada, itens passíveis de financiamento) e documentação exigida.
- Hipótese 3: os produtores orgânicos não buscam crédito nas linhas exclusivas para o desenvolvimento de suas atividades devido às dificuldades inerentes ao processo de obtenção do crédito, como o desconhecimento das linhas e dos documentos necessários, a falta de assistência técnica especializada para elaboração dos projetos, a atuação burocrática dos Bancos e demais instituições (onde não encontram um cenário favorável) ou demora na liberação do crédito.

Assim, foram estabelecidos parâmetros e definições operacionais para a categorização das respostas, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Categorização temática e definições operacionais.

Hipóteses	Categorização Temática	Definições operacionais
Hipótese 1	Motivos pessoais	Foram agrupadas respostas que indicam que os produtores orgânicos não buscam crédito nas linhas exclusivas orgânicas devido a motivos pessoais, como receio de endividarem-se, não acreditar no sistema de crédito, serem capitalizados e outras características pessoais.
Hipótese 2	Características das Linhas de Crédito	Foram agrupadas respostas que indicam que os produtores orgânicos não buscam crédito nas linhas exclusivas orgânicas devido às dificuldades inerentes às características destas linhas de crédito, como inadequação ao perfil dos produtores, especialmente a renda não agropecuária, as condições negociais das linhas, como taxas, prazo e carência, também inadequação quanto às características da produção, como custos, tipo de mão de obra

		utilizada, itens passíveis de financiamento e documentação exigida.
Hipótese 3	Características do Processo de Obtenção do Crédito	Foram agrupadas respostas que indicam que os produtores orgânicos não buscam crédito nas linhas exclusivas orgânicas devido às dificuldades inerentes ao processo de obtenção do crédito, como o desconhecimento das linhas e dos documentos necessários, a falta de assistência técnica especializada para elaboração dos projetos, a atuação burocrática dos Bancos e demais instituições (onde não encontram um cenário favorável) ou demora na liberação do crédito.

Fonte: Elaboração própria.

Na Hipótese 1 foram agrupadas respostas com foco em Motivos Pessoais, tais como: “decisão pessoal por não confiar no sistema”, “Não preciso”, “Falta de tempo para se movimentar em busca do melhor crédito”, “Ainda não posso ter dedicação exclusiva na produção orgânica” e outros.

No que diz respeito às respostas que abordaram a falta de garantias, existência de restrições, atrasos no pagamento de operações, falta de documentação foram classificadas na Hipótese 2, na medida em que em todos os relatos a dificuldade central recai na Linha de Crédito, que poderia ser alterada e os produtores atendidos, semelhante ao que ocorre em linhas com risco do tesouro, como o PRONAF A.

Por fim, agrupou-se na Hipótese 3 todas as respostas associadas ao processo de concessão de crédito, desde o desconhecimento das linhas (falta de divulgação), demora e falta de assistência técnica para elaboração do projeto, até a mudança por indicação do Banco.

A Tabela 15, a seguir, apresenta a quantidade de respondentes conforme categorização das respostas das questões 26 e 27 dos 174 respondentes que resultou nos dados apresentados na Tabela 15, a seguir.

Tabela 15 – Quantidade de respondentes conforme categorização referente às Hipóteses 1, 2 e 3.

Hipótese	Quantidade	Percentual (%)
Hipótese 1	21	12%
Hipótese 2	66	38%
Hipótese 3	87	50%
Total	174	100%

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, as respostas referentes às Hipóteses foram processadas no aplicativo *NVIVO* que apontou a conectividade entre as ocorrências, conforme a Nuvem de Palavras, ilustrada

na Figura 3 a seguir, onde as palavras que aparecem em destaque foram as mais citadas, entre elas: “assistência”, “desconhecia”, “capitalizado”, documentação e burocráticas.

Figura 3 – Nuvem de palavras sobre os motivos para não acessar o crédito.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os conteúdos verbalizados pelos produtores orgânicos revelaram a grande importância da assistência técnica para o acesso ao crédito, assim como observado nos resultados que aparecem na Tabela 16, onde figura como mais relevante a hipótese 3 quanto aos motivos para o não acesso do crédito pelos produtores orgânicos. Sem embargo, é necessário reforçar que quando se refere à assistência técnica, trata-se da assistência técnica extensionista pública ou privada, necessária para a elaboração do projeto de viabilidade econômica a ser apresentado as instituições de financeiras para obtenção do crédito.

Desse modo, a estrutura formada e os temas incluídos na construção do corpus textual, bem como, a ligação ou a conexão entre as palavras ou aquelas que aparecem em destaque, são sinônimos de importância e relevância da assistência técnica e da divulgação das linhas de crédito para promoção do acesso ao crédito pelos produtores familiares orgânicos.

Nesse sentido, os resultados possibilitaram uma compreensão mais ampla acerca da temática, principalmente, os motivos mais recorrentes apontados pelos produtores, sendo a ausência de assistência técnica para elaboração dos projetos e o desconhecimento das linhas os mais relevantes.

## 5 Conclusões e Recomendações

A adoção da produção orgânica é tida como importante alternativa de produção para a agricultura familiar, possibilitando maiores ganhos, devido ao maior valor agregado dos produtos certificados. Contudo, existem entraves significativos que dificultam tal adesão, como a falta de financiamento, que foi destacada em primeiro lugar como maior impedimento para a adoção do sistema de produção orgânico.

Os resultados mais relevantes encontrados foram que a grande maioria dos respondentes desenvolvem suas atividades de produção com recursos próprios, a despeito de terem como maior limitante a falta de financiamento, terem interesse em obter crédito, considerarem as linhas “Verdes” do PRONAF adequadas para fomentar a atividade e possuírem o perfil adequado, especialmente quanto ao tamanho das propriedades, receita bruta agropecuária e renda não agropecuária.

Também, pôde-se observar os motivos mais recorrentes apontados pelos produtores orgânicos familiares para o não acesso as linhas de crédito para produção orgânica. Foi possível concluir que os motivos relacionados com o processo de obtenção de crédito (Hipótese 3) foram os mais relevantes, seguidos das características das linhas de crédito (Hipótese 2) e por fim as características pessoais (Hipótese 3).

Nesta direção, foi possível ainda, pela análise qualitativa identificar como motivos mais relevantes a ausência de assistência técnica para elaboração do projeto, o desconhecimento das linhas e ser capitalizado. As análises quantitativas e qualitativas serviram para ratificar uma a outra, onde a comparação se mostrou relacionada e sustenta ao que foi apresentado. Assim, é possível afirmar que são complementares.

Percebeu-se a existência de um contraste quanto à atuação das entidades, em especial a Emater e as Associações de produtores, que, enquanto no tocante ao apoio a adoção de novas técnicas foram muito presentes, no tocante a obtenção de crédito rural oficial foram as mais mal avaliadas pelos respondentes.

Também se observou um alto grau de esforço realizado pelos produtores quanto ao processo de obtenção de crédito, indicando que o processo como um todo deve ser repensado, buscando melhorar a experiência do produtor.

Percebeu-se ainda, que há possibilidade de aprofundamento sobre o tema, uma proposta de estudos futuros seria a realização de estudo sobre o grau de disponibilidade de assistências técnicas capacitadas para a confecção de projetos agroecológicos.

## Referências

- ALMEIDA, U. X.; TEIXEIRA, G. C. S. **Agricultura orgânica como estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <http://aprender.posse.ueg.br:8081/jspui/bitstream/123456789/188/1/TCC%20UELHA.pdf>
- ALTENBUCHNER, C.; VOGEL, S.; LARCHER, M. **Social, economic and environmental impacts of organic cotton production on the livelihood of smallholder farmers in Odisha, India**. *Renewable Agriculture and Food Systems*, [S. l.], v. 33, n. 4, p. 373–385, 2018. DOI: 10.1017/S174217051700014X.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Tentativas De Inclusão Da Agricultura De Base Ecológica No Pronaf: Do Otimismo Das Linhas De Crédito Verde Ao Sonho Frustrado Do I Planapo**. *Revista Grifos*, [S. l.], v. 30, n. 51, p. 163–189, 2020. DOI: 10.22295/grifos.v30i51.5548.
- AYUYA, O. I.; GIDO, E. O.; BETT, H. K.; LAGAT, J. K.; KAHI, A. K.; BAUER, S. **Effect of Certified Organic Production Systems on Poverty among Smallholder Farmers: Empirical Evidence from Kenya**. *World Development*, [S. l.], v. 67, p. 27–37, 2015. DOI: 10.1016/j.worlddev.2014.10.005.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. **a Agricultura Orgânica E Seu Potencial Para O Pequeno Agricultor**. *Cadernos de Ciencia e Tecnologia*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 69–101, 2001. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1118966/1/CampanholaAgriculturaOrganica.pdf>
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; FAGGION, A. M. C.; ABREU, L. S. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. *Ambiente e Sociedade*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–22, 2016. DOI 10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016
- DE OLIVEIRA, G. M.; DA CUNHA, C. F.; CALEMAN, S. M. Q.; MAIA, R. L. G. **Information asymmetry: the case of cattle supply transaction in Brazil**. *British Food Journal*, [S. l.], v. 121, n. 8, p. 1825–1837, 2019. DOI: 10.1108/BFJ-01-2019-0041.
- DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 127–157, 2010. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/322>.
- DELGADO, N. G. **Agronegócio E Agricultura Familiar No Brasil: Desafios Para a Transformação Democrática Do Meio Rural**. *Novos Cadernos NAEA*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 85–129, 2012. DOI: 10.5801/ncn.v15i1.868.
- FORNAZIER, A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Heterogeneidade estrutural na Produção agroPecuária: uma comparação da Produtividade total dos fatores no Brasil e nos estados unidos**. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, [S. l.], n. 9, p. 1689–1699, 2013. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91212/1/745124216.pdf>
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do pronaf crédito de custeio e investimento no rio grande do sul**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 45–68, 2013. DOI: 10.1590/S0103-20032013000100003.

IBGE. **Resultados definitivos:** Distrito Federal. 2017. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.

IFOAM. **The World of Organic Agriculture.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://shop.fibl.org/de/artikel/c/statistik/p/1663-organic-world-2015.html>.

KLERING, L.; PORSSE, M.; GUADAGNIN, L. **Novos caminhos da administração pública brasileira.** Análise, [S. l.], p. 4–17, 2010. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/N%C3%83%C6%92O%20https://www.scimagojr.com/index.php/face/article/view/8231>

LOURENÇO, A. V.; SCHNEIDER, S. **Características da agricultura orgânica no sul do Brasil:** Evidências a partir do Senso Agropecuário 2017. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 165–190, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3926>

MATTEI, L. **Revista econômica do Nordeste.** Revista Econômica do Nordeste, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 83–92, 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/500/396>.

MUNDIAL, Banco. **Relatório sobre desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento.** [s.l.: s.n.]. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022>

SALES, P. C. M, **Sistemas integrados de produção e comercialização de alimentos orgânicos:** Estudo de caso do assentamento Nova CamapuãDF.2020,105 f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAMBUICHI, R H R; ÁVILA, M L; MOURA, I F; MATTOS, L M; SPÍNOLA, P. A. C. **O Financiamento da transição agroecológica no Brasil:** será que estamos no caminho certo? [S. l.], v. 13, 2018. Disponível em: <https://www.cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/download/440/1400>

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O presente capítulo buscou sistematizar as considerações e recomendações gerais, com base nas constatações apresentadas em cada capítulo da presente dissertação, que teve por objetivo, além de analisar as estratégias do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito rural, identificar os possíveis motivos que levaram os produtores orgânicos a não contratação de crédito.

Todos os capítulos da presente pesquisa trouxeram como algo indiscutível a concepção de que a adoção da produção orgânica é uma importante alternativa de produção para a agricultura familiar, e que o acesso ao crédito rural governamental possui papel preponderante na conversão do sistema de produção. Também reconheceram que existem entraves significativos que dificultam o acesso ao crédito por parte dos produtores familiares.

Nesse viés, o capítulo introdutório apresentou uma contextualização geral da importância da agricultura familiar no contexto brasileiro, os desafios enfrentados e o sistema de produção orgânico como importante alternativa para a agricultura familiar. E ainda, apresentou a relevância do acesso ao crédito para a conversão da produção para o sistema orgânico, bem como o contexto atual quanto ao acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e às linhas “Verde” pelos agricultores familiares orgânicos.

Em relação ao segundo capítulo, o objetivo principal foi analisar o papel do associativismo e do cooperativismo no acesso ao crédito bancário por parte dos agricultores familiares orgânicos, não abrangendo a concessão de crédito pelas próprias cooperativas. Nesse sentido, no presente estudo foi possível empreender uma análise das contribuições do associativismo e do cooperativismo na análise de crédito dos agricultores familiares orgânicos, possibilitando entender um pouco mais sobre como se dá tal processo sob a ótica das instituições financeiras. Os resultados mais relevantes encontrados foram que tanto as associações como as cooperativas podem desempenhar importante papel como promotoras de segurança para o processo de crédito, influenciando positivamente na análise dos pretendentes tomadores junto às instituições financeiras, facilitando o acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares e orgânicos.

No terceiro capítulo, o foco da análise recaiu sobre o processo de obtenção de crédito rural, com base nas percepções dos produtores rurais orgânicos, buscando identificar os motivos que justificariam a não adesão dos produtores por linhas aparentemente adequadas e

formuladas exclusivamente para estes, verificando a adequação das linhas de crédito, o perfil de endividamento, as dificuldades e os facilitadores. Os resultados mais relevantes foram que grande parte dos respondentes afirmaram desenvolver suas atividades de produção com recursos próprios, a despeito de terem como maior limitante a falta de financiamento, terem interesse em obter crédito, considerarem as linhas “Verdes” do PRONAF adequadas para fomentar a atividade e possuírem o perfil adequado, sobretudo, em relação ao tamanho das propriedades, da receita bruta agropecuária e da renda não agropecuária.

Também ali foi possível observar os motivos mais recorrentes apontados pelos produtores orgânicos familiares para o não acesso às linhas de crédito para a produção orgânica: os motivos relacionados ao processo de obtenção de crédito (Hipótese 3) foram os mais relevantes, seguidos das características das linhas de crédito (Hipótese 2) e das características pessoais (Hipótese 3).

Nesta direção, foi possível ainda, pela análise qualitativa, identificar como motivos mais relevantes a ausência de assistência técnica para a elaboração do projeto e o desconhecimento das linhas de capitalização. As análises quantitativas e qualitativas serviram para ratificar uma à outra, onde a comparação se mostrou relacionada, sustentando o que foi apresentado, afirmando, por conseguinte, sua complementariedade.

De fato, percebeu-se a existência de um contraste no que tange à atuação das entidades, em especial, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e as associações de produtores, que, enquanto no tocante ao apoio à adoção de novas técnicas foram muito presentes, no tocante à obtenção de crédito rural oficial, foram mal avaliadas pelos respondentes.

Observou-se ainda alto grau de esforço empreendido pelos produtores em relação ao processo de obtenção de crédito, indicando que o processo como um todo deve ser repensado, buscando melhorar a experiência do produtor.

Em face dos resultados apresentados nos dois capítulos supramencionados, foi possível constatar a necessidade de uma ação eficiente e articulada do Estado e de demais entidades participantes no processo de concessão de crédito para a agricultura familiar orgânica, no sentido de divulgar as linhas de crédito disponíveis, seus procedimentos de obtenção e a documentação exigida.

Por fim, mostrou-se de extrema relevância a capacitação e disponibilização de assistência técnica especializada para a confecção dos projetos e o acompanhamento, além da necessidade de revisão das linhas, tornando-as negocialmente mais atrativas para os

produtores e menos burocráticas, considerando as particularidades dos produtores orgânicos e do sistema de produção orgânica.

Faz-se importante salientar que uma proposta de estudos futuros engloba a realização de pesquisas sobre a jornada do produtor rural na obtenção de crédito rural para projetos agroecológicos, bem como sobre o grau de disponibilidade de assistências técnicas capacitadas para a confecção de projetos agroecológicos.

## REFERÊNCIAS

AGRO EM DIA. **Presidente da FPA-DF anuncia cerca de R\$ 2,5 milhões em emendas para o agro.** 2019.

AGYEKUMHENE, Christopher; DE VRIES, Jasper R.; VAN PAASSEN, Annemarie; MACNAGHTEN, Philip; SCHUT, Marc; BREGT, Arnold. **Digital platforms for smallholder credit access:** The mediation of trust for cooperation in maize value chain financing. *NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences*, [S. l.], v. 86–87, n. June, p. 77–88, 2018. DOI: 10.1016/j.njas.2018.06.001. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.njas.2018.06.001>.

ALMEIDA, U. X.; TEIXEIRA, G. C. S. **Agricultura orgânica como estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar.** 2017. Disponível em: <http://aprender.posse.ueg.br:8081/jspui/bitstream/123456789/188/1/TCC%20UELHA.pdf>

ALTENBUCHNER, C.; VOGEL, S.; LARCHER, M. **Social, economic and environmental impacts of organic cotton production on the livelihood of smallholder farmers in Odisha, India.** *Renewable Agriculture and Food Systems*, [S. l.], v. 33, n. 4, p. 373–385, 2018. DOI: 10.1017/S174217051700014X.

AQUINO, Joacir Rufino De; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Tentativas De Inclusão Da Agricultura De Base Ecológica No Pronaf:** Do Otimismo Das Linhas De Crédito Verde Ao Sonho Frustrado Do I Planapo. *Revista Grifos*, [S. l.], v. 30, n. 51, p. 163–189, 2020. DOI: 10.22295/grifos.v30i51.5548.

ÁVILA, SILVIA REGINA STARLING ASSAD. **DINÂMICA DE DESMATAMENTO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO NORTE DO MATO GROSSO.** [S. l.], n. 2, p. 1–13, 2019.

AYUYA, O. I.; GIDO, E. O.; BETT, H. K.; LAGAT, J. K.; KAHN, A. K.; BAUER, S. **Effect of Certified Organic Production Systems on Poverty among Smallholder Farmers: Empirical Evidence from Kenya.** *World Development*, [S. l.], v. 67, p. 27–37, 2015. DOI: 10.1016/j.worlddev.2014.10.005.

BELIK, Walter. **Mudanças no padrão de intervenção do estado no Complexo Agro-industrial Brasileiro.** *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [S. l.], n. 18, p. 9–25, 1998. DOI: 10.37370/raizes.1998.v.141.

BERNARDS, Nick. **Geoforum Poverty finance and the durable contradictions of colonial capitalism :** Placing ‘ financial inclusion ’ in the long run in Ghana. *Geoforum*, [S. l.], v. 123, n. December 2020, p. 89–98, 2021. DOI: 10.1016/j.geoforum.2021.04.029. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.04.029>.

BRASIL. **Lei 4829**, 1965.

BRASIL. **Lei 11.326**, 2006.

BRASIL. **Lei 12.188**, 2010.

CAMPANHOLA, Clayton;; VALARINI, Pedro José. **a Agricultura Orgânica E Seu Potencial Para O Pequeno Agricultor.** *Cadernos de Ciencia e Tecnologia*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 69–101, 2001.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria De; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. **Revisão sistemática:** uma revisão narrativa. *Revista do*

Colégio Brasileiro de Cirurgiões, [S. l.], v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007. DOI: 10.1590/s0100-69912007000600012.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. **Dissertações e Teses Multipaper:** Uma breve revisão bibliográfica. VIII Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática, [S. l.], n. 1999, p. 10, 2014.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; FAGGION, A. M. C.; ABREU, L. S. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil.** Ambiente e Sociedade, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–22, 2016. DOI 10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016

DE OLIVEIRA, G. M.; DA CUNHA, C. F.; CALEMAN, S. M. Q.; MAIA, R. L. G. **Information asymmetry:** the case of cattle supply transaction in Brazil. British Food Journal, [S. l.], v. 121, n. 8, p. 1825–1837, 2019. DOI: 10.1108/BFJ-01-2019-0041.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006:** o marco legal e as opções para sua identificação. Estudos Sociedade e Agricultura, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 127–157, 2010. Disponível em: <http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/322>.

DELGADO, Nelson Giordano. **Agronegócio E Agricultura Familiar No Brasil:** Desafios Para a Transformação Democrática Do Meio Rural. Novos Cadernos NAEA, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 85–129, 2012. DOI: 10.5801/ncn.v15i1.868.

DIAB, Ahmed A. **The appearance of community logics in management accounting and control:** Evidence from an Egyptian sugar beet village. Critical Perspectives on Accounting, [S. l.], n. xxxx, 2019. DOI: 10.1016/j.cpa.2019.04.005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2019.04.005>.

DUKE, Nell K.; BECK, Sarah W. **Research news and comment:** Education should consider alternative formats for the dissertation. Educational Researcher, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 31–36, 1999. DOI: 10.3102/0013189X028003031.

FERNANDO, Sanjaya; GARNEVSKA, Elena; RAMILAN, Thiagarajah; SHADBOLT, Nicola. **Organisational attributes of cooperatives and farmer companies.** Journal of Co-operative Organization and Management, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 100132, 2021. DOI: 10.1016/j.jcom.2021.100132. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcom.2021.100132>.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; OLIVEIRA, Lívia Maria De; DOS SANTOS, Lucas Maia; ABRANTES, Luiz Antônio. **Previsão De Risco De Crédito Para Definição Do Perfil De Clientes De Um Banco De Varejo.** Revista de Negócios, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 47, 2011. DOI: 10.7867/1980-4431.2011v16n2p47-64.

FIGUEIREDO, Vítor; FRANCO, Mário. **Wine cooperatives as a form of social entrepreneurship:** Empirical evidence about their impact on society. Land Use Policy, [S. l.], v. 79, n. January, p. 812–821, 2018. a. DOI: 10.1016/j.landusepol.2018.09.022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.09.022>.

FIGUEIREDO, Vítor; FRANCO, Mário. **Factors influencing cooperator satisfaction: A study applied to wine cooperatives in Portugal.** Journal of Cleaner Production, [S. l.], v. 191, p. 15–25, 2018. b. DOI: 10.1016/j.jclepro.2018.04.177.

FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Heterogeneidade Estrutural no Setor Agropecuário Brasileiro:** Evidência a partir do Censo Agropecuário de 2006. Texto para Discussão IPEA, [S. l.], v. 1708, p. 34, 2012. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1708.pdf%0Ahttps://www.econst](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1708.pdf%0Ahttps://www.econst)

or.eu/bitstream/10419/91398/1/719074754.pdf.

FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Heterogeneidade estrutural na Produção agroPecuária: uma comparação da Produtividade total dos fatores no Brasil e nos estados unidos.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, [S. l.], n. 9, p. 1689–1699, 2013.

GAO, Yang; ZHANG, Xiao; WU, Lei; YIN, Shijiu; LU, Jiao. **Resource basis, ecosystem and growth of grain family farm in China: Based on rough set theory and hierarchical linear model.** Agricultural Systems, [S. l.], v. 154, n. November 2016, p. 157–167, 2017. DOI: 10.1016/j.agsy.2017.03.013.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do pronaf crédito de custeio e investimento no rio grande do sul.** Revista de Economia e Sociologia Rural, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 45–68, 2013. DOI: 10.1590/S0103-20032013000100003.

GRAEUB, Benjamin E.; CHAPPELL, M. Jahi; WITTMAN, Hannah; LEDERMANN, Samuel; KERR, Rachel Bezner; GEMMILL-HERREN, Barbara. **The State of Family Farms in the World.** World Development, [S. l.], v. 87, p. 1–15, 2016. DOI: 10.1016/j.worlddev.2015.05.012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.05.012>.

GUANZIROLI, Carlos E. **PRONAF dez anos depois: Resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** Revista de Economia e Sociologia Rural, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 301–328, 2007. DOI: 10.1590/s0103-20032007000200004.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 2017. a.

IBGE. **Resultados definitivos: Distrito Federal.** 2017b. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.

IFOAM. **The World of Organic Agriculture.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://shop.fibl.org/de/artikel/c/statistik/p/1663-organic-world-2015.html>.

KANYENJI, George Magambo; OLUOCH-KOSURA, Willis; ONYANGO, Cecilia Moraa; NG’ANG’A, Stanley Karanja. **Prospects and constraints in smallholder farmers’ adoption of multiple soil carbon enhancing practices in Western Kenya.** Heliyon, [S. l.], v. 6, n. 3, p. e03226, 2020. DOI: 10.1016/j.heliyon.2020.e03226. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e03226>.

KLERING, L.; PORSSE, M.; GUADAGNIN, L. **Novos caminhos da administra o pública brasileira.** Análise, [S. l.], p. 4–17, 2010.

LIN, Chaoying; HE, Lerong. **Targeted monetary policy and agriculture business loans.** North American Journal of Economics and Finance, [S. l.], v. 54, n. July, p. 101290, 2020. DOI: 10.1016/j.najef.2020.101290. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.najef.2020.101290>.

LOURENÇO, A. V.; SCHNEIDER, S. **Características da agricultura orgânica no sul do Brasil: Evidências a partir do Senso Agropecuário 2017.** DRd – Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 165–190, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3926>

MAKATE, Clifton; MAKATE, Marshall; MUTENJE, Munyaradzi; MANGO, Nelson; SIZIBA, Shephard. **Synergistic impacts of agricultural credit and extension on adoption of climate-smart agricultural technologies in southern Africa.** Environmental Development, [S. l.], v. 32, n. April, p. 100458, 2019. DOI: 10.1016/j.envdev.2019.100458.

Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2019.100458>.

MAPA. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. [S. l.], 2013.

MAPA. **Plano Safra 2020-2021 – Quadro Resumo** ( Tabela Grupos e Linhas PRONAF ). [S. l.], 2021.

MATTEI, L. **Revista econômica do Nordeste**. Revista Econômica do Nordeste, [S. l.], v. 45, n. 5, p. 83–92, 2014. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/500/396>.

MEDINA, Gabriel. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico**. [S. l.], n. January, p. 354, 2012.

MUNDIAL, Banco. **Relatório sobre desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento**. [s.l: s.n.]. 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/wdr2022>

NOGUEIRA, Paulyene Vieira. **SISTEMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL EM BANANEIRA ‘ PRATA ’ E APROVEITAMENTO DE SUBPRODUTOS VISANDO À SEGURANÇA ALIMENTAR LAVRAS - MG**. [S. l.], 2020.

OLIVEIRA, Kaiza Correia da Silva; PINHEIRO, Lessi Inês Farias De; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. **O DESENVOLVIMENTO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**. [S. l.], p. 1–6, 2015.

PAGANI, Regina Negri; KOVALESKI, João Luiz; RESENDE, Luis Mauricio. **Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication**. Scientometrics, [S. l.], v. 105, n. 3, p. 2109–2135, 2015. DOI: 10.1007/s11192-015-1744-x.

REED, Graeme; HICKEY, Gordon M. **Contrasting innovation networks in smallholder agricultural producer cooperatives: Insights from the Niayes Region of Senegal**. Journal of Co-operative Organization and Management, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 97–107, 2016. DOI: 10.1016/j.jcom.2016.09.001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcom.2016.09.001>.

RIBASKI, Jorge; DEDECEK, Renato Antonio; FLORES, Carlos Alberto; VARGAS, Adriana F. C.; RIBASKI, Sonia A. G. **Sistemas Silvopastoris: Estratégias para o Desenvolvimento Rural Sustentável para a Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. [S. l.], p. 1–8, 2005.

SALES, P. C. M, **Sistemas integrados de produção e comercialização de alimentos orgânicos: Estudo de caso do assentamento Nova CamapuãDF.2020,105 f**. Dissertação. (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SAMBUICHI, R H R; ÁVILA, M L; MOURA, I F; MATTOS, L M; SPÍNOLA, P. A. C. **O Financiamento da transição agroecológica no Brasil: será que estamos no caminho certo?** [S. l.], v. 13, 2018.

SAWAYA, Ana Lydia; SOLYMOS, Gisela Maria Bernardes; FLORÊNCIO, Telma Maria de Menezes Toledo; MARTINS, Paula Andrea. **Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 21–44, 2003. DOI: 10.1590/s0103-40142003000200003.

SCHMIDT, Stephan; MAGIGI, Wakuru; GODFREY, Boniphace. **The organization of urban agriculture: Farmer associations and urbanization in Tanzania**. Cities, [S. l.], v. 42, n. PB, p. 153–159, 2015. DOI: 10.1016/j.cities.2014.05.013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cities.2014.05.013>.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. **Construção de mercados e**

**agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**, [S. l.], n. October, p. 93–140, 2016.

SCHUT, Marc et al. **Sustainable intensification of agricultural systems in the Central African Highlands: The need for institutional innovation**. *Agricultural Systems*, [S. l.], v. 145, p. 165–176, 2016. DOI: 10.1016/j.agsy.2016.03.005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.agsy.2016.03.005>.

SILVEIRA, Paulo Roberto C.; NEUMANN, Pedro Selvino; LAGO, Adriano; OLIVEIRA, Antônio Elisandro; PELEGRINI, Gelson. **a Diversidade Do Associativismo Na Região Do Corede-Centro/Rs1 E Sua Importância Para O Desenvolvimento Regional**. *Journal of Chemical Information and Modeling*, [S. l.], v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 1999.

SOUSA, Maria José Duarte De; CAJÚ, Maria Andreza Duarte; OLIVEIRA, Cícera Patrícia Alves. **A importância da produção agrícola orgânica na agricultura familiar**. *Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA*, [S. l.], v. 10, n. 31, p. 82, 2016. DOI: 10.14295/online.v10i31.555.

SOUZA, Amanda Borges De; FORNAZIER, Armando; DELGROSSI, Mauro Eduardo. **Sistemas agroalimentares locais: possibilidades de novas conexões de mercados para a agricultura familiar**. *Ambiente & Sociedade*, [S. l.], v. 23, p. 2020, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180248r2vu2020L5AO>.

THAPA MAGAR, Dinesh Babu; PUN, Sirish; PANDIT, Ram; ROLA-RUBZEN, Maria Fay. **Pathways for building resilience to COVID-19 pandemic and revitalizing the Nepalese agriculture sector**. *Agricultural Systems*, [S. l.], v. 187, n. December 2020, p. 103022, 2021. DOI: 10.1016/j.agsy.2020.103022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2020.103022>.

WANDERLEY, Maria. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processo sociais agrários., [S. l.], p. 18, 1996.

WENNER, Mark; NAVAJAS, Sergio; TRIVELLI, Carolina; TARAZONA, Alvaro. **Managing credit risk in rural financial institutions in Latin America**. Banco Interamericano de Desarrollo. *Sustainable Development*, [S. l.], p. 30, 2007.

WILKINSON, John. **Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros**. *Revista Brasileira de Zootecnia*, [S. l.], v. 39, n. SUPPL. 1, p. 26–34, 2010. DOI: 10.1590/S1516-35982010001300004.

ZHANG, Chuan hong; BENJAMIN, Wandella Amos; WANG, Miao. **The contribution of cooperative irrigation scheme to poverty reduction in Tanzania**. *Journal of Integrative Agriculture*, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 953–963, 2021. DOI: 10.1016/S2095-3119(21)63634-1. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119\(21\)63634-1](http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119(21)63634-1).

ZHANG, Yan yuan; JU, Guang wei; ZHAN, Jin tao. **Farmers using insurance and cooperatives to manage agricultural risks: A case study of the swine industry in China**. *Journal of Integrative Agriculture*, [S. l.], v. 18, n. 12, p. 2910–2918, 2019. DOI: 10.1016/S2095-3119(19)62823-6. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119\(19\)62823-6](http://dx.doi.org/10.1016/S2095-3119(19)62823-6).

## ANEXO A – INSTRUMENTO DE PESQUISA - CAPÍTULO 3

### Questionário Produtores Orgânicos

"TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO":

Olá, tudo bem? Meu nome é Ariel Luiz de Sales Gomes, sou mestrando do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade de Brasília (PROPAGA-UNB), sob a orientação do professor e pesquisador João Paulo Guimarães Soares e temos interesse de estudar temas relacionados às linhas e processo de Crédito Rural Governamental de investimento, custeio e comercialização para os produtores orgânicos brasileiros.

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo analisar as condições de concessão de crédito, acesso, interesses e endividamento dos produtores orgânicos para propor melhorias e estratégias de atuação.

A estimativa é que esse questionário online leve cerca de 10 minutos para ser respondido. A sua participação é muito importante para dar continuidade a este estudo.

Sua participação será voluntária e é assegurado que suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial (seu nome não será divulgado), sendo utilizadas unicamente para fins acadêmicos e científicos. Você pode também se recusar a responder qualquer questão que lhe traga algum tipo de constrangimento.

A análise dos dados será realizada de modo a respeitar a sua opinião, sendo fiel às suas manifestações, não emitindo juízos de valor sobre as respostas fornecidas.

Para mais informações, sugestões ou comentários, envie um e-mail para: [ariel.gomes@aluno.unb.br](mailto:ariel.gomes@aluno.unb.br)

Agradecemos sua colaboração!

Perfil da propriedade, endogeneidade e produção de novidades.

1. Qual é o tamanho da sua propriedade?

---

2. Qual é a área de produção orgânica da sua propriedade?

---

3. Em qual estado fica localizada sua propriedade?

---

4. Indique quais produtos orgânicos (de origem animal e vegetal) o senhor(a) possui em sua propriedade.

*Marque todas que se aplicam.*

Leite

Ovos

Hortaliças

Milho

Soja

Frutas

Mandioca

Feijão

Mel

Outro: \_\_\_\_\_

5. Você considera que a sua produção é:

*Marcar apenas uma*

- Muito Variada
- Variada
- Mais ou menos variada
- Pouco variada
- Nada variada

6. Qual é a Receita Bruta Anual de produção orgânica da sua propriedade?

*Marcar apenas uma*

- Até R\$15.000,00
- De R\$15.000,01 a R\$50.000,00
- De R\$50.000,01 a R\$100.000,00
- De R\$100.000,01 a R\$250.000,00
- De R\$250.000,01 a R\$500.000,00
- Acima de R\$500.000,00

7. Em relação ao sistema convencional de produção, você considera que a produção orgânica possui custo de produção:

*Marcar apenas uma.*

- Superior acima de 50%
- Superior de 25,01% até 49,99%
- Superior até 25%
- Igual
- Menor

8. Em relação ao produto convencional, você considera que o produto orgânico possui valor de venda:

*Marcar apenas uma.*

- Superior acima de 100%
- Superior de 50,01% até 99,99%
- Superior até 50%
- Igual
- Menor

9. Qual é a quantidade de pessoas da família envolvida com a atividade de produção orgânica?

---

10. O(a) senhor(a) necessita comprar todos os insumos para sua produção/criação?

*Marcar apenas uma.*

- Sim
- Em parte
- Não

11. O(A) senhor(a) desenvolveu alguma(s) técnica(s) de plantio, de manejo ou de fabricação em sua propriedade?

*Marcar apenas uma.*

- Sim
- Não - Vá para a questão 14

12. Descreva resumidamente em uma ou três palavras a(s) técnica(s) de plantio ou manejo que o senhor desenvolveu em sua propriedade?

---

---

---

13. Durante o desenvolvimento da nova técnica de manejo ou plantio, quais destas organizações o apoiaram?

*Marque todas que se aplicam.*

- Emater
- Cooperativa
- Associação de Produtores
- Embrapa
- Fornecedores de Insumos
- Produtores Vizinhos
- Secretaria Municipal de Agricultura
- Assistências Técnicas Privadas
- SENAR
- Universidade
- Nenhum
- Outro: \_\_\_\_\_

14. Para quem o(a) senhor(a) vende sua produção?

*Marque todas que se aplicam.*

- Cooperativas
- Venda Direta (Feiras)
- Laticínio
- PNAE
- PAA
- Merenda Escolar do Município
- Outro: \_\_\_\_\_

15. Ainda, sobre a comercialização de sua produção durante a pandemia:

*Marcar apenas uma.*

- Não houve redução
- Houve redução de até 30%
- Houve redução de 31 à 50%
- Houve redução de 51 à 80%
- Não consegui comercializar nada

16. Adotei o Sistema de Produção Orgânico principalmente:

*Marcar apenas uma.*

- Buscar maiores ganhos devido ao tamanho reduzido de meu imóvel
- Ter interesse na alimentação saudável
- Pelos ganhos ambientais propiciados neste sistema de produção
- Ser sustentável, contribuindo para a saúde e bem estar das gerações futuras
- Valores pessoais
- Disponibilidade de mão de obra na propriedade
- Outro: \_\_\_\_\_

17. Sobre as dificuldades na adoção da Produção Orgânica em minha propriedade:

*Marcar apenas uma.*

- Maior dificuldade é o prazo de conversão para o Sistema
- Maior dificuldade é o desconhecimento sobre os sistemas e normas
- Maior dificuldade é o custo de conversão
- Maior dificuldade é a falta de assistência técnica especializada
- Maior dificuldade é a falta de financiamento
- Maior dificuldade é a incerteza na comercialização
- Maior dificuldade é a falta de treinamento e Capacitação para condução deste tipo de produção
- Outro: \_\_\_\_\_















## 21i - Informações de ONG.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>									

## Novos Arranjos Institucionais

22. Abaixo, são mencionados diferentes tipos de organização e de movimentos sociais. Indique de quais o senhor(a) participa ativamente, participa, mas não ativamente e NÃO participa.

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	Sim, como membro ativo	Sim, mas não como membro ativo	Não participa
<b>Sindicato dos Produtores Orgânicos</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Movimento dos Trabalhadores Sem Terra</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Associação de Produtores orgânicos</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Redes de comercialização</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Cooperativa</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Organização Não-Governamental</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Redes de produção orgânica.</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Redes de certificação de produtos orgânicos.</b>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Linhas, Políticas Públicas e organizações de apoio a obtenção de crédito oficial

23. Quais fontes de recursos financeiros abaixo você utiliza em sua produção?

*Marcar apenas uma.*

- Recursos Próprios
- Agiotas
- Crédito Bancário não relacionado com Crédito Rural (CDC, Cartão, Cheque Especial)
- Parentes e amigos
- Linhas de fomento Estadual (ex. PROSPERA) Crédito Rural em Bancos Públicos
- Crédito Rural em Bancos Privados e Cooperativas de
- Crédito Rural em Instituições Públicas e Privadas
- Crédito e/ou insumos em Cooperativas de Produtores
- Outro: \_\_\_\_\_

24. O Senhor(a) já tentou acessar ou contratou operação de crédito rural oficial?

*Marcar apenas uma.*

- Tenho operação rural contratada (Linhas Orgânicos) - responda 25
- Tenho operação rural contratada (Demais Linhas) - responda 25
- 25 Tentei, mas não consegui (Linhas Orgânicos) - responda 26 e pule a pergunta 27
- Tentei, mas não consegui (Demais Linhas) - responda 26 e pule a pergunta 27
- 27 Nem tentei - pule para a pergunta 27
- Nem tentei, mas pretendo tentar - pule para a pergunta 27

25. Sobre as condições para ter crédito/financiamento para a sua produção, qual foi o grau de esforço para conseguir? '1' indica 'Nenhum esforço' e '10' indica 'Exaustivo'

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	<input type="radio"/>									

26. Quais foram os motivos que levaram o (a) senhor (a) a optar por demais linhas de crédito rural e não pelas linhas específicas para financiamento da produção orgânica?

*Marcar apenas uma.*

- Desconhecia as linhas
- Achei as linhas pouco atrativas Achei mais
- burocráticas
- Mudei de linha por indicação da Assistência
- TécnicaMudei de linha por indicação do Banco
- Não encontrei assistência técnica para fazer a
- propostaContratei/Tentei em “Linhas Orgânicas”
- Outro: \_\_\_\_\_

27. Quais foram os motivos que impediram ou levaram ao senhor (a) a nemtentar conseguir o crédito rural para sua produção?

*Marcar apenas uma.*

- Não preciso de financiamento sou
- capitalizadoTenho restrições
- Tenho operações rurais em atraso
- Não sei por onde começar (o processo é confuso)
- Não tenho documentos necessários (licença, outorga d’agua, CAR,
- DAP)Questão fundiária, minha terra não é legalizada
- Não tenho garantias

- Valor disponibilizado não atende minhas  
 necessidades Ausência de assistência para  
 elaboração da proposta Demora  
 Tentei/Consegui contratar  
 Outro: \_\_\_\_\_

28. O senhor conhece as linhas de crédito rural para financiamento da produção orgânica? Quais?

\_\_\_\_\_

29. Quanto as linhas de crédito citadas (específicas para produção orgânica) quanto adequadas elas são para fomentar sua produção orgânica? '1' indica 'Inadequada' e '10' indica 'Adequada'

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>									

30. Como o senhor(a) avalia a atuação da Assistência Técnica Pública (ATER) em relação ao apoio na obtenção de crédito oficial? em relação ao apoio na obtenção de crédito oficial?

*Marcar apenas uma.*

- Ótima  
 Boa  
 Regular  
 Ruim  
 Péssima

31. Como o senhor(a) avalia a atuação das Assistências Técnicas Privadas em sua localidade?

*Marcar apenas uma.*

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima
- Não existem

32. Como o senhor(a) avalia a atuação das Instituições Financeiras no tocante ao Crédito Rural em sua localidade?

*Marcar apenas uma.*

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

33. Como o senhor(a) avalia a atuação de instituições, organizações, órgãos públicos (Seagri, SFA, etc.) de apoio à agricultura orgânica no tocante à divulgação e/ou apoio na contratação de operações de crédito rural oficial?

*Marcar apenas uma.*

- Ótima
- Boa
- Regular
- Péssima

34. Qual é a sua certificação?

*Marcar apenas uma.*

- OCS
- OPAC
- Auditoria
- Não tenho certificação

35. Qual foi o valor financiado para atividades agropecuárias de produção orgânica?

*Marcar apenas uma.*

- Não Financiou
- Até R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000,00
- De R\$ 20.000,01 a R\$ 30.000,00
- De R\$ 30.000,01 a R\$ 50.000,00
- De R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00
- Mais de R\$ 100.000,00

36. Qual foi o valor financiado para atividades agropecuárias de produção convencional?

*Marcar apenas uma.*

- Não Financiou
- Até R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000,00
- De R\$ 20.000,01 a R\$ 30.000,00
- De R\$ 30.000,01 a R\$ 50.000,00
- De R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00
- Mais de R\$ 100.000,00

37. Qual foi o valor financiado para atividades não-agrícolas (trabalhos eventuais, trabalho assalariado, artesanato, pequenas atividades agroindustriais como confecção de doces, embutidos e conservas)?

*Marcar apenas uma.*

- Não Financiou
- Até R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000,00
- De R\$ 20.000,01 a R\$ 30.000,00
- De R\$ 30.000,01 a R\$ 50.000,00
- De R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00
- Mais de R\$ 100.000,00

38. Para quais finalidades se destinou o valor financiado?

*Marcar apenas uma.*

- Não Financiou
- Custeio da Produção (lavouras temporárias, despesas de produção, capital de giro, etc...)
- Investimento (instalações, tratores e implementos, aquisição de animais, correção de solo, irrigação, lavouras permanentes, etc...)
- Comercialização (armazenagem, desconto de recebíveis, etc...)
- Custeio e Investimento
- Custeio e Comercialização
- Investimento e Comercialização
- Custeio, Investimento e Comercialização

39. Abaixo, seguem afirmações sobre a sua percepção em relação aos seus produtos, como o(a) senhor(a) considera que os consumidores em geral (pessoas e organizações) vêem os seus produtos. Indique o seu grau de concordância; '1' indica 'Discordo Fortemente' e '10' indica 'Concordo fortemente'





39k - Os consumidores e as pessoas sentem orgulho de comprar produtos produzidos na região em que vivem.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<hr/>									
	<input type="radio"/>								
<hr/>									

### Informações demográficas

40. Qual é a sua faixa etária?

*Marcar apenas uma.*

- menor de 18 anos
- 18 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- Acima de 60 anos

41. Sexo

*Marcar apenas uma.*

- Masculino
- Feminino

42. Qual é o seu nível de escolaridade:

*Marcar apenas uma.*

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Graduação incompleta
- Graduação completa
- Pós-Graduação incompleta
- Pós-Graduação completa

43. Seu estado civil é:

*Marcar apenas uma.*

- Solteiro
- Casado/Morando junto
- Separado/Desquitado
- Divorciado
- Viúvo

44. Qual a principal atividade (maior renda) que você realizava antes de chegar ao estabelecimento?

*Marcar apenas uma.*

- Agricultor
- Trabalhador assalariado em fazenda - diarista
- Trabalhador assalariado em fazenda -  
empreitada
- Arrendatário de terra
- Meeiro/Parceiro
- Trabalhador na cidade
- Outro: \_\_\_\_\_

45. Qual é a renda mensal familiar vinda de atividades agrícolas e pecuárias (os diferentes tipos de produção e de criação de animais)?

*Marcar apenas uma.*

- Não tem renda
- Até R\$ 1.212,00 (1 SM)
- De R\$ 1.212,01 a R\$ 2.424,00 (1 a 2 SM)
- De R\$ 2.424,01 a R\$ 4.848,00 (2 a 4 SM)
- De R\$ 4.848,01,00 a R\$ 6.060,00 (4 a 5 SM)
- De R\$ 6.060,01 a R\$ 12.120,00 (5 a 10 SM)
- Mais de R\$ 12.120,01(Mais de 10 SM)

46. Qual é a renda mensal familiar vinda de atividades não-agrícolas (trabalhos eventuais, trabalho assalariado, artesanato, pequenas atividades agroindustriais como confecção de doces, embutidos e conservas)?

*Marcar apenas uma.*

- Não tem renda
- Até R\$ 1.212,00 (1 SM)
- De R\$ 1.212,01 a R\$ 2.424,00 (1 a 2 SM)
- De R\$ 2.424,01 a R\$ 4.848,00 (2 a 4 SM)
- De R\$ 4.848,01 a R\$ 6.060,00 (4 a 5 SM)
- De R\$ 6.060,01 a R\$ 12.120,00 (5 a 10 SM)
- Mais de R\$ 12.120,00 (Mais de 10 SM)

47. Quantas pessoas vivem dessa renda familiar?

---

48. Qual é a Receita Bruta Anual de produção da sua propriedade?

*Marcar apenas uma.*

- Até 15.000,00
- De R\$ 15.000,01 a R\$ 50.000,00
- De R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00
- De R\$ 100.000,01 a R\$ 200.000,00
- De R\$ 200.000,01 a R\$ 500.000,00
- Acima de R\$ 500.000,00

Agradecimentos

Gostaria de agradecer novamente a sua participação.

O questionário é extenso, pois retrata de forma detalhada os principais aspectos relacionados às condições de concessão de crédito, acesso, interesses e endividamento dos produtores orgânicos, visando entender a percepção dos produtores e propor ações de melhoria e estratégias de atuação no setor produtivo de orgânicos.

Sua participação tem bastante valor para esta pesquisa.

---